



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CÉSAR XAVIER BEZERRA DE MENEZES

**A CONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES
ENTRE ISRAEL E OS ESTADOS UNIDOS**

JOÃO PESSOA- PB
2015

CÉSAR XAVIER BEZERRA DE MENEZES

**A CONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES
ENTRE ISRAEL E OS ESTADOS UNIDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paulo Maielo Silva

JOÃO PESSOA- PB
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M538c Menezes, César Xavier Bezerra de
A construção e o desenvolvimento das relações entre Israel e os Estados Unidos [manuscrito] / César Xavier Bezerra de Menezes. - 2015.
70 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Profª. Drª. Ana Paula Malelo Silva, Departamento de Relações Internacionais".

1. Estados Unidos. 2. Israel. 3 Movimento sionista. I. Título.
21. ed. CDD 327

César Xavier Bezerra de Menezes

Monografia apresentada ao Curso de
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba.

Aprovado (a) em 11/12/2015.

Ana Paula Maielo Silva

Professor (a) Ana Paula Maielo Silva / UEPB

Orientador (a)

Cristina Pacheco

Professor (a) Cristina Carvalho Pacheco / UEPB

Examinador (a)

Murilo Mesquita Melo e Silva

Professor (a) Murilo Mesquita Melo e Silva/ UEPB

Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora por sempre me acompanhar e abençoar nos meus caminhos e escolhas.

Aos melhores pais que existem, Ana Maria e João César, por sempre estarem comigo, por fazerem tudo para a realização dos meus objetivos pessoais e profissionais, por me sustentarem e por me fazerem uma pessoa feliz com a vida.

Ao meu irmão Lucas, futuro médico, que sempre me ajuda nos momentos mais difíceis e que tenho orgulho de ser irmão.

As minhas avós Helena, Leticia e ao meu avô Giovanni por todo o carinho dedicado a minha pessoa.

Ao meu Tio Nelson por incentivar o meu aprendizado da língua inglesa e por tudo que já fez por mim.

A todos os meus outros familiares, os quais possuo grande carinho e afeto.

À professora e orientadora Dr.^a Ana Paula Maielo Silva por, além de me orientar nesse trabalho com perfeição e ser parte fundamental da minha formação acadêmica, me tratar com muito carinho, respeito e gentileza, abrindo as portas de sua casa todas as vezes que precisei. Agradeço também aos seus familiares, que sempre me trataram da melhor forma possível.

A minha professora Dr.^a Cristina e ao querido professor Murilo por aceitarem participar da banca desse trabalho e, sobretudo, por sempre me tratarem muito bem, sendo sempre gentis, e por fazerem parte da minha formação acadêmica. E a todos os outros professores que fizeram parte da minha vida dentro da UEPB.

Aos meus grandes e queridos amigos, considerados irmãos, Ciro Suassuna, Diego Montenegro, Fernando Aquino Filho e Matheus Montenegro. As minhas irmãs do coração, Bruna Neves, Bárbara Neves e Mariana Cavalcanti. E aos familiares de todos eles por me tratarem de forma excelente. Não tenho como retribuir a altura o que vocês fizeram e fazem por mim.

Aos meus colegas de turma da faculdade. Agradecimento especial ao meu amigo e colega Wallace Anderson, que foi fundamental para a conclusão desse curso.

“O lobby israelense consiste em algo muito mais vasto do que a maioria das pessoas entendem sobre o significado dado a palavra lobby. (...) O lobby israelense é consideravelmente mais poderoso e persuasivo do que os outros lobbies existentes.” (WEIR, A.; 2014, pág. 1)

“Sionistas (e mais tarde, israelenses) oficiais encorajaram os líderes Judeus Americanos a lutararem no plano de divisão da ONU em 1947, a promoverem o seu reconhecimento pelos E.U.A. em 1948 e a fazer um lobby contra um abortivo plano de paz formulado pelo mediador da ONU Folke Bernadotte em 1948 (MEARSHEIMER, J. J.; WALT, S. M. The Israel Lobby and U.. Foreign Policy; 2007, pág. 117)”

“A Configuração de Poder Sionista não pode ser entendida meramente como o Lobby judaico ou menos ainda como a AIPAC, mesmo sendo formidável como ela é (...). O ZPC pode ser melhor entendido como uma complexa rede de trabalho de grupos interligados formal e informalmente, operando em níveis internacionais, nacionais, regionais e locais, e diretamente e sistematicamente subordinados ao Estado de Israel, que detem o poder e as tomadas de decisões.” (PETRAS, J.; 2006, Pág. 46)

RESUMO

As relações entre Israel e Estados Unidos começaram oficialmente com a fundação do Estado de Israel na década de 40. Porém, antes que os judeus obtivessem a formação do seu próprio país através da Assembleia Geral das Nações Unidas, já havia um grupo judaico atuando dentro dos Estados Unidos e de outros países, com o objetivo de se criar um Estado Judeu em algum lugar no mundo, este grupo é o chamado sionismo político. A partir do desenvolvimento do sionismo político foi que veio a surgir o lobby israelense dentro dos Estados Unidos. Esse lobby forma uma base para que a união entre Estados Unidos da América e os israelenses seja concreta e dure até os dias atuais, podendo ser definido como uma coalisão de organizações e indivíduos nos E.U.A. que trabalham ativamente para mover a política internacional dos Estados Unidos da América sempre em uma direção pró- Israel. Dessa maneira, essa monografia possui como objetivo, analisar as origens das relações entre Israel e Estados Unidos e o histórico das relações entre estes dois Estados após a formação do país israelense, a partir da interferência do movimento sionista e do lobby israelense nos Estados Unidos.

PALAVRAS- CHAVE: Lobby israelense. Movimento sionista. Indústria do Holocausto. AIPAC. Estados Unidos. Israel. Presidentes dos Estados Unidos da América.

ABSTRACT

Relations between Israel and the United States officially began when the State of Israel was founded in the 40s. However, before the Jews had the formation of their own country through the United Nations General Assembly, a Jewish group already has operating within the United States and other countries, in order to create a Jewish state somewhere in the world, this group is the so-called political Zionism. From the development of political Zionism was that first came into existence of the Israeli lobby in the United States. This lobby forms the base of the union between the United States and the Israelis, can be defined as a coalition of organizations and individuals in the US that works actively to move the foreign policy of the United States always in one direction pro-Israel. Thus, this academic work has the objective to analyze the origins of the relationship between Israel and the United States and the history of relations between those two countries after the formation of the Israeli nation.

KEY WORDS: Israeli Lobby. Zionist movement. Industry of the Holocaust. AIPAC. U.S. Israel. Presidents of the United States of America.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	COMO TUDO COMEÇOU.....	14
2.1	Início da aproximação entre os Estados	15
2.2	O lobby israelense nos Estados Unidos	18
2.3	O movimento sionista	22
2.4	Criação do Estado de Israel	35
3	RELAÇÃO DE PAI E FILHO.....	39
3.1	A Indústria do Holocausto.....	41
3.2	A consolidação do lobby israelense.....	43
3.3	A AIPAC.....	45
3.4	Os presidentes e a influência do lobby israelense.....	49
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
	Referências.....	71

1. INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho vai analisar a construção e o desenvolvimento das relações entre Israel e os Estados Unidos com vistas a compreender a natureza das mesmas. Desde o início da fundação do Estado israelense em 1948, nota-se uma forte relação diplomática, militar e econômica entre este país e os Estados Unidos. Essas relações foram cada vez mais se estreitando com o passar dos anos.

Logo após o início da Guerra Fria, Israel passou a ser um forte aliado dos Estados Unidos da América. Na luta contra a disseminação do socialismo pela antiga União Soviética. Depois desse período de tensão entre capitalistas e socialistas o apoio dos Estados Unidos ao Estado judeu passou a ser tão intenso que várias crises econômicas de Israel foram combatidas pelos americanos. Além disso, nos vários conflitos entre Israel e os países árabes, os Estados Unidos apoiaram militarmente os israelenses ou quando os árabes eram atacados de surpresa e de forma injusta pelas forças militares de Israel, perdendo partes de seus territórios, enquanto o resto do mundo fazia campanhas para que fossem promovidas sanções ao Estado israelense, os Estados Unidos não tomavam nenhuma medida e nem formalizam declarações sobre estes ataques até que a situação fosse normalizada na região do Oriente Médio. Dessa forma, os E.U.A. passaram a ser vistos como inimigos pelos árabes, culminando nos atos terroristas recentes em solo norte-americano.

Dessa forma, esse trabalho busca demonstrar a grande importância das relações entre os Estados Unidos e Israel, comprovando que esse relacionamento influenciou nas diversas decisões políticas, econômicas e militares não só destes dois países citados anteriormente, e sim nas decisões de vários outros Estados, como veremos no decorrer dos dois capítulos.

O objetivo deste trabalho é analisar a construção e o desenvolvimento das relações entre Israel e os Estados Unidos. Essa análise será apresentada em dois (dois capítulos), a saber: o primeiro capítulo cuidará de investigar a origem e a construção das relações entre Israel e os Estados Unidos, o segundo capítulo focará sua análise no histórico das relações entre esses dois Estados. Essa análise será feita a partir de como foi a influência dos Estados Unidos da América na construção do Estado de Israel e chegará até o governo de George W. Bush.

Na investigação das origens e da construção das relações entre Israel e Estados Unidos, serão contemplados: o movimento sionista e o seu desenvolvimento nos E.U.A., o lobby israelense dentro dos Estados Unidos de forma introdutória, o anti-

semitismo, a relação entre os sionistas e os Nazistas, a indústria do holocausto de forma introdutória, a influência dos Sionistas na ONU para a criação de Israel, a guerra pós-nascimento do estado de Israel (a guerra de israelenses contra palestinos e árabes) e o início das relações mais “intensas” entre os Estados de Israel e Estados Unidos.

No histórico de relações entre Estados Unidos e Israel, serão feitas análises específicas sobre: o lobby israelense dentro dos E.U.A. de uma forma mais especificada, a indústria do holocausto também de uma maneira mais detalhada, a AIPAC (sigla em inglês para: American Israel Public Affairs Committee) e as relações entre estes dois países envolvendo conflitos com outros Estados e questões territoriais (como, por exemplo: na Guerra dos Seis Dias, na Guerra do Iraque, nos entraves com o Irã, com a Síria e as questões de território envolvendo a Palestina).

Neste trabalho não será detalhada a formação dos Estados Unidos, além disso, os acontecimentos históricos “particulares” desses dois países não serão abordados de forma específica (o mais importante é a abordagem dos acontecimentos históricos que envolveram conjuntamente Israel e Estados Unidos) e não serão detalhados planos e gestões políticas que não envolvam a relação entre Estados Unidos e Israel. Não serão feitos tais detalhamentos porque a formação como Estado dos Estados Unidos da América não possui relação com o tema desse trabalho, bem como alguns dos fatos históricos singulares apenas aos Estados Unidos e singulares somente a Israel, não serão enfatizados, já que a temática envolve as relações entre esses dois países.

O tópico aqui analisado é central para compreender os acontecimentos globais durante todo esse tempo porque irá traçar uma perspectiva histórica das relações econômicas, militares e até religiosas dos Estados Unidos e de Israel, trazendo à tona como foi construída, praticamente, a adoção de Israel por parte dos Estados Unidos.

Além disso, a construção das relações entre estes Estados serve como uma das bases para que se possa entender a aversão dos estados Árabes em relação à Israel, e conseqüentemente aos Estados Unidos. Então, para que se estude as relações entre israelenses e os árabes, deve-se estudar detalhes das relações entre Israel e os Estados Unidos da América.

No caso de conflitos e guerras, este estudo vai retratar o apoio dos Estados Unidos aos israelenses e, dessa forma, demonstrará o quão fundamental foi esse apoio para o desfecho dessas batalhas.

Este trabalho também auxilia na compreensão das formas pelas quais certos governantes dos Estados Unidos promoveram apoio econômico, político, militar ou até diplomático ao Estado de Israel.

As citações expostas a seguir demonstram, resumidamente, a estrutura e algumas das ideias desenvolvidas nesse trabalho acadêmico .

No livro “The power of Israel in the United States” (2006), o autor James Petras comenta, na parte introdutória dessa obra, sobre a função do seu livro e deixa bem claro a influência do lobby israelense nos E.U.A. e das consequências do apoio incondicional dos norte- americanos à Israel:

Esse livro é sobre o poder do Lobby Judaico e sua influência na política dos Estados Unidos no Oriente Médio. Além do apoio incondicional dos E.U.A. a Israel, isso inclui uma guerra agressiva contra o Iraque, incitar um ataque militar contra o Irã, assegurar o apoio dos norte- americanos para a colonização da Palestina por parte de Israel e um massivo desenraizamento dos palestinos. (PETRAS, J.; 2006, Pág. 13)

Os autores John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt afirmam na obra “The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy” (2007):

Nas suas operações básicas, o lobby de Israel não é diferente dos outros grupos de interesse como o lobby agrícola, do aço e do têxtil, e de lobbies étnicos, embora os grupos e indivíduos que compreendem o lobby de Israel estejam em uma posição de favorecimento que não é usual, para influenciar a política externa dos Estados Unidos. O que o diferencia, em resumo, é a sua extraordinária eficácia. (MEARSHEIMER, J. J.; WALT, S. M. The Israel Lobby and U.. Foreign Policy; 2007, pág. 117)

Sobre a indústria do Holocausto, Norman G. Finkelstein argumenta, em seu livro “A Indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus”, que:

Tornando os judeus irreprensíveis, o dogma do Holocausto deixa Israel e a colônia judaica americana imune a censuras legítimas. A hostilidade árabe, a hostilidade afro- americana: elas “não têm

fundamento como resposta a qualquer avaliação objetiva da ação dos judeus” (Goldhagen). (FINKELSTEIN, N. G.; 2001, pág. 64)

Paul Findley em seu livro “They dare to speak out: people and institutions confront Israel’s lobby” comenta sobre os agentes de Israel:

Agentes de Israel são estudantes ferrenhos do sistema dos Estados Unidos, e eles trabalham isso para conseguirem vantagens. Além de obterem informações secretas através de operações clandestinas, eles aplicam, abertamente e efetivamente, pressão nos escritórios do ramo executivo. (FINDLEY, P.; 2003, pág. 153)

2. COMO TUDO COMEÇOU

As relações entre Estados Unidos e Israel começaram “oficialmente” no processo de criação do Estado israelense na década de 40, quando os E.U.A. promoveram e apoiaram a fundação deste país, a fundação de Israel ocorreu em 1948 (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Inicialmente, a potência da América do Norte tentou consolidar um posicionamento equilibrado entre Israel e os outros países Árabes. Esse projeto de recondução dos judeus ao Oriente Médio para que vivessem em harmonia com os outros povos dessa região, começou a ser “desintegrado” quando os Estados Unidos passaram a favorecer e a proteger muito mais Israel do que qualquer outro país árabe (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Antes que os Estados Unidos praticamente “adotassem” Israel, houve um período em que a União Soviética possuía condições mais benéficas de apoio ao Estado judeu do que o próprio Estados Unidos da América. Tal aliança entre comunistas e judeus perdurou durante a Segunda Guerra Mundial. Isso ocorreu porque, basicamente, durante o decorrer da Segunda Grande Guerra, os britânicos estavam fortemente aliados com os Palestinos e possuíam uma grande afinidade com os Árabes, sendo constante e muito forte a presença de correntes que eram contra os judeus dentro do governo britânico e da administração palestina, por isso, também de forma “oficial”, o governo inglês não parecia fornecer apoio ao Estado de Israel. Será visto mais a frente que os ingleses foram um dos grandes responsáveis pela criação do Estado israelense (KARSH, 1997). Além disso, a economia britânica estava fortemente atrelada ao Oriente Médio, sendo o petróleo o ponto primordial dessa ligação. Os Estados Unidos buscando continuar uma boa relação cooperativa com o Império britânico e tentando manter boas negociações com os países árabes, apoiavam totalmente o posicionamento dos ingleses, principalmente pelo departamento de defesa norte-americano ter consciência dos riscos futuros que envolviam a disponibilidade do petróleo daquela região do oriente, tendo a antiga União Soviética como vizinha das regiões onde estava o “ouro negro” (KARSH, 1997).

Assim, com esse movimento britânico de não apoiar “oficialmente” ao Estado israelense e o apoio discreto dos Estados Unidos aos ingleses (discreto porque eles apoiavam os britânicos, porém não disseminavam a aversão aos judeus e apoiavam a formação e estabilização do Estado judeu), a U.R.S.S. passou a apoiar incondicionalmente à formação de um Estado judeu, sendo este país, o primeiro a reconhecer o novo e estabelecido Estado de Israel em 1948. Além disso, os comunistas

apoiaram a permanência do Estado dos judeus em seu território inicial durante a guerra árabe- israelense de 1947, guerra iniciada porque os árabes não aceitaram a resolução da ONU de divisão da Palestina, essa resolução definiu que a Palestina, ainda sendo comandada pelos britânicos, seria reestruturada em um Estado de cunho árabe e em um Estado judeu. Dessa forma, apoiaram ainda o acordo de armistício firmado entre os judeus e os árabes ao final desse conflito. No âmbito das Nações Unidas, o país comunista foi de importância fundamental para a admissão de Israel como membro desta organização. Na questão militar, chegou a fornecer um aparato de armas e treinamentos militares para os israelenses durante essa época (KARSH, 1997).

2.1 Início da aproximação entre os Estados

Porém, esta aliança entre Israel e a União Soviética durou pouco tempo, já que no final da década de 40, os soviéticos conseguiram expulsar os britânicos da Palestina e deram um golpe muito forte nos Estados árabes que estavam aliados aos ingleses, Entretanto os soviéticos observaram que seria mais fácil conseguir retirar as posses territoriais britânicas remanescentes no Oriente Médio através do apoio aos árabes, e não à Israel (KARSH, 1997). Sendo assim, o presidente Stalin promoveu entre os anos de 1949 e 1953 uma feroz campanha contra o movimento sionista, que culminou no “Doctors Plot” em janeiro de 53, quando acusou um grupo de médicos, formado por uma maioria judaica, de conspirar contra a União Soviética. Os israelenses facilitaram essa quebra de aliança quando atuaram na intervenção da Organização das Nações Unidas na Guerra da Coréia, promovendo uma atuação conjunta com os países ocidentais. Essa união chegou realmente ao fim com o Pacto de Bagdad que ocorreu no ano de 1955, em que a União Soviética se opôs a formação desse acordo e conseguiu firmar grandes parcerias armamentistas com alguns estados árabes, dentre eles estavam o Cairo e Damascus (KARSH, 1997).

A partir desses tratados, a União Soviética realmente passou a ter uma forte relação com o mundo árabe e, dessa forma, opôs- se a Israel. Mas mesmo com o esfacelamento da relação entre os estados judeu e comunista, a forte ligação dos Estados Unidos para com os israelenses não aconteceu de imediato (KARSH, 1997), durante a administração do presidente republicano Dwight Eisenhower que iniciou- se no fim do ano de 1952 e foi até o ano de 1961, o Estado israelense foi considerado um impedimento para a concretização dos interesses dos Estados Unidos da América mais importantes no Oriente Médio que eram: conter a União Soviética e assegurar o fluxo de petróleo barato entre essa região e a potência da América do Norte. Sendo assim,

durante este período, os Estados Unidos não forneceram armas aos israelenses, excluíram o país judaico dos alinhamentos de defesa oriental, ignoraram os pedidos de maiores garantias de segurança vindos de Israel, pressionaram o recém-criado Estado para que este promovesse uma trégua juntamente ao Egito, fornecendo aos egípcios a região de Neguev ou alguns trechos dessa região, além de promover atos para a retirada de Israel da área de Sinai, o que tornou-se um dos fatos gerados pela Guerra de Suez em 1956, conflito que envolveu disputa entre Israel e o Egito. (KARSH, 1997).

Apenas no ano de 1962, durante o mandato do presidente John F. Kennedy (governou os Estados Unidos do ano de 1961 até 1963 quando foi assassinado) Israel estava dando sinais de que seria deixado para trás na corrida armamentista no Oriente Médio (devido a grande quantidade de armamentos que a U.R.S.S fornecia aos estados árabes), o relutante presidente norte-americano conseguiu a aprovação de um pedido israelense para o fornecimento de mísseis terra-ar (tal pedido estava pendente desde a época do mandatário Dwight Eisenhower). Após três anos desse envio de mísseis, o presidente Lyndon Johnson, que comandou os norte-americanos entre 1963 e 1969), decidiu enviar a Israel duzentos e dez tanques de guerra e quarenta e oito caças bombardeiros, mesmo com a oposição do Departamento de Estado e do Pentágono (KARSH, 1997).

Um dos fatores que poderia ser colocado como primordial para o início desse relacionamento extremamente sólido (principalmente no que diz respeito à ajuda financeira) entre os E.U.A. e os israelenses foi a Guerra Fria e um dos seus consequentes conflitos, a chamada Guerra dos Seis Dias, ocorrida no ano de 1967. Essa batalha foi travada entre Israel e alguns Estados árabes (Egito, Jordânia e Síria, que eram apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão). Os países que eram contra Israel nessa guerra adquiriram, principalmente através da União Soviética, o seu armamento bélico (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Dessa forma, os Estados Unidos como sendo o polo de oposição ao regime da URSS, decidiram apoiar incondicionalmente as forças armadas de Israel durante o embate. Essa decisão firmou ainda mais o Estado israelense como o mais protegido pelos norte-americanos e aumentou o repúdio aos israelenses e aos E.U.A. por parte dos outros países daquela região do oriente. E essa relação continua até hoje, mesmo após o fim da União Soviética e da Guerra Fria (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Outras possíveis justificativas para tal relação protetora seriam: por Israel ser um importante ponto estratégico no Oriente Médio ou pelos israelenses serem considerados frágeis protetores da democracia em um ambiente cercado por inimigos que tentam destruí-lo e, dessa maneira, destruir o ponto democrático daquela região (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Sendo esse Estado considerado pelos americanos, quando foi fundado, uma jovem nação idealista, que lutava com grande firmeza contra

todas as probabilidades, uma ilha do leste ambientada em um hostil, autoritário e oriental oceano (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

A primeira afirmação de que Israel é uma área de estratégia fundamental poderia ser descartada já que, mesmo sendo importante na contenção do bloco comunista no Oriente Médio no período de polarização mundial entre Estados Unidos e União Soviética, os israelenses acabaram por aumentar o repúdio dos árabes pelos americanos. Esse sentimento de repúdio por parte da população árabe em relação aos Estados Unidos, foi um elemento essencial para tornar a ideia de um ambiente ocidental e oriental equilibrado praticamente impossível. Além disso, os israelenses foram indiretamente responsáveis por fortalecer belicamente os povos inimigos da região¹ (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

A outra afirmativa de que o Estado israelense é frágil e está sempre exposto a invasões inimigas pode ser questionada através da existência de uma população palestina que vive na faixa de Gaza sob o domínio israelense, como um país pode ser vulnerável, se consegue controlar uma população inteira através das suas forças militares (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Além disso, Israel causou e ainda causa vários prejuízos econômicos aos E.U.A., um exemplo são as crises financeiras, em que os Estados Unidos acabam fornecendo muito dinheiro para subsidiar o desenvolvimento econômico e, dessa maneira, o próprio ajudante acaba ficando prejudicado no aspecto financeiro, pois, na maior parte das vezes, não recebe nada em troca. Um exemplo clássico de prejuízo econômico aos E.U.A. e de embargo a esse país aconteceu durante a chamada Guerra de Outubro de 1973, também conhecida como a Guerra do Ramadã, ou ainda como a quarta guerra árabe- israelense, nesse conflito uma coalisão de países liderados pelo Egito e pela Síria enfrentaram Israel (KARSH, 1997). Os Estados Unidos resolveram ajudar financeiramente e militarmente os judeus através de uma doação monetária no valor de 2, 2 bilhões de dólares (já prejudicando sua própria economia) e os Estados adversários revoltados com esse apoio aos israelenses, fizeram um embargo de petróleo (o famoso embargo de petróleo Árabe). E, por consequência dessa queda de produção petrolífera pelos países produtores de petróleo, os norte- americanos tiveram um prejuízo de quase 50 bilhões de dólares só no ano de 1974, e ainda causou sérios problemas nas relações entre os Estados Unidos e os seus aliados principais na Europa e na Ásia (KARSH, 1997).

¹ os árabes tiveram que se proteger de ataques israelenses até depois do final da Guerra Fria, como por exemplo na Guerra do Golfo que aconteceu na década de 90.

Os empréstimos e doações para suportes militares promovidos pelos presidentes dos Estados Unidos aos israelenses também são grandes demonstrações do alto apoio financeiro a este Estado do Oriente (KARSH, 1997). Um dos presidentes norte-americano que mais destacou-se por esse tipo de ação foi Nixon. Entre os anos de 1968 ao ano de 1973 os empréstimos passaram de 62 milhões de dólares para o valor de 602 milhões de dólares, um aumento espantoso para um curto período de tempo, porém, já no ano seguinte, Nixon promoveu uma ajuda militar a Israel no valor de 4,4 bilhões de dólares. Nas décadas que se seguiram os empréstimos e as doações para os israelenses ficaram na média de 3 bilhões por ano (KARSH, 1997).

2.2 O lobby israelense nos Estados Unidos

Então, se essa relação entre os Estados Unidos e os israelenses geralmente culmina em muito mais prejuízos do que benefícios para os Estados Unidos da América, porque os Estados Unidos continuam fornecendo um apoio incondicional seja em nível econômico, militar e até diplomático para o estado de Israel? O chamado lobby israelense é a base para essa aliança ser tão forte e duradoura (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Esse lobby pode ser definido como uma coalisão de organizações e indivíduos nos E.U.A. que trabalham ativamente para mover a política internacional dos Estados Unidos da América sempre em uma direção pró- Israel, não possuindo uma liderança e tendo em todos os seus componentes uma mentalidade em benefício do Estado judeu. Os componentes desse lobby trabalham de forma secreta e, até mesmo, de uma maneira ilegal nos bastidores da política, da economia e da própria sociedade (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Essa coalisão, como será visto, foi a responsável por convencer muitos americanos de que os interesses americanos e israelenses são idênticos, quando, de fato, isso não é verdade. Dessa forma, enquanto muitas pessoas possuem o pensamento de que o suporte promovido pelos norte- americanos à Israel é baseado na estabilização dos norte- americanos e em interesses nacionais do próprio Estados Unidos, os fatos e as comprovações desse apoio e, conseqüentemente, da existência desse lobby judaico, desconfiguram essa linha de pensamento (WEIR, 2014).

Como dito, a atuação dos grupos que formam essa coalisão é tão forte que promove mudanças diretas nos interesses e planos da política internacional dos Estados Unidos, logicamente sempre em favor de Israel. Para que um político norte- americano ganhe destaque ou consiga se eleger, ele tem que subordinar-se a certas decisões e

ideologias do lobby. Como um exemplo da grande força desse movimento, podemos citar o caso do presidente Barack Obama, que para conseguir chegar à presidência, teve que modificar o seu discurso sobre os direitos dos palestinos (WEIR, 2014).

O estudioso e escritor de obras literárias Alison Weir afirma, em seu livro “Against our better judgment” (2014), que:

O lobby israelense consiste em algo muito mais vasto do que a maioria das pessoas entendem sobre o significado dado a palavra lobby. (...) O lobby israelense é consideravelmente mais poderoso e persuasivo do que os outros lobbies existentes. (WEIR, A. ; 2014, pág. 1)

Ainda segundo esse autor, mesmo que esse movimento em favor de Israel esteja operando a mais de cem anos dentro do território norte- americano, a maioria dos norte-americanos são completamente inconscientes com relação à existência e a ideologia desse lobby (WEIR, 2014).

Por ser um agrupamento de “sociedades” e de pessoas sem que haja uma identificação oficial de quem faz parte dessa coalizão, é fundamental entender que os verdadeiros componentes do lobby israelense são aqueles que agem ativamente para mover a política externa americana em uma direção favorável a Israel. Dessa forma, para ser uma sociedade ou organização que esteja agregada a esse agrupamento (o lobby de Israel), grande parte dos recursos e dos planos (que estão presentes em suas agendas) destas organizações e sociedades devem ser voltados para a ligação entre a política externa dos Estados Unidos da América e os benefícios ao Estado judeu (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Da mesma forma, os indivíduos que fazem parte deste aglomerado devem dedicar uma parte do seu tempo de vida pessoal ou profissional em ações que buscam influenciar os objetivos e finalidades da política externa dos Estados Unidos, fazendo com que tornem- se à favor de Israel. É importante destacar que existem empresas e indivíduos que fazem doações pontuais, seja de forma direta ou indireta para o estado israelense, e políticos que votam a favor de Israel em certas ocasiões, mas por não manterem sempre esse foco da política externa norte-americana em benefício desse estado do Oriente Médio, esse grupo de empresas e pessoas não fazem parte do lobby (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Existem algumas organizações, comitês e instituições que recebem destaque internacionalmente e que certamente possuem papel central nas campanhas de favorecimento a Israel nas políticas norte americanas no exterior e compõem o lobby israelense (MEARSHEIMER; WALT, 2007), são elas: Comitê Americano Israelita de Relações Públicas (AIPAC, sigla em inglês para: American Israel Public Affairs Committee), Instituto de Washington para a política do leste (WINEP, sigla em inglês

para Washington Institute for Near East Policy), Liga da anti- difamação (ADL, sigla em inglês para Anti- defamation League) e Cristãos Unidos por Israel (CUFI, sigla em inglês para Christians United for Israel). O lobby ainda inclui “think tanks” como: o Instituto Judeu para Assuntos de Segurança Nacional (JINSA, sigla em inglês para National Security Affairs) e o Fórum do Oriente Médio (MEF, sigla em inglês para Middle East Forum). O capítulo fará uma discussão a respeito da AIPAC (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Depois da Guerra dos seis dias em 1967, o lobby israelense ganhou grande força, principalmente pelo sucesso da campanha anti- semitista nesse conflito e pelo desempenho demonstrado pelos judeus que protegeram Israel nessa guerra, fazendo com que os formadores do lobby nos Estados Unidos passassem a apoiar e a agir mais forte na política externa americana para ajudar o Estado Judaico (RUBIN, 1999). Outras duas guerras também serviram para aumentar a força da coalizão israelense nos E.U.A., já que nesses dois confrontos a União Soviética demonstrou total apoio a colisão de países árabes que lutavam contra Israel, dessa forma, os Estados Unidos forneceu um gigantesco apoio aos israelenses, conquistando mais um aliado na luta contra os soviéticos, foram duas estas guerras: a Guerra de Desgaste (confronto entre Israel e Egito que aconteceu entre 1967 e 1970) e a Guerra de Outubro (nesse conflito alguns Estados árabes liderados pelo Egito pela Síria enfrentaram Israel em 1973) (RUBIN, 1999).

O lobby israelense atua, basicamente, através de duas frentes. Primeiramente, exercendo grande influência na política norte- americana. Em segundo lugar, atuando no discurso público para que este seja sempre favorável a Israel. Sobre a primeira frente, as agendas e planos que envolvem o estado judeu possuem grande força no capitólio, nas votações e nos debates políticos em Washington, praticamente nunca são questionadas, sendo assim, acabam sendo aprovadas várias benfeitorias para Israel todo ano (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Esse grande favorecimento e apoio aos objetivos israelenses dentro do Congresso dos Estados Unidos deve-se, na maior parte das vezes, a grande quantidade de importantes senadores cuja crença é a cristã sionista, ou seja, acreditam que o retorno dos judeus a “terra prometida” (nesse caso à Israel em 1948) é uma profecia bíblica e que deve ser totalmente respeitada (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Essa ideologia de que os israelenses possuem uma ligação bíblica e histórica com Jerusalém está sempre sendo posta na “berlinda” pelos palestinos, tanto essa ideia, como a da imagem positiva desse Estado judaico na mídia, por exemplo (RUBIN, 1999). Obviamente, acrescido dos políticos sionistas, existem os senadores judeus (no ano de 2006 foi eleito um número recorde de judeus). Porém, existe no processo legislativo os chamados “staffers” (auxiliares) dos políticos, que são responsáveis por passar opções e planos para os políticos fazerem suas escolhas. Dessa forma, os que fazem parte do lobby atuam de maneira conjunta com esses auxiliares,

seja construindo certas legislações ou até auxiliando na escrita de cartas onde os legisladores declaram seus posicionamentos sobre determinados temas (MEARSHEIMER; WALT, 2007). A AIPAC é o grupo que possui a maior influência nesse aspecto. E ela possui como grande diferencial o seu sistema de recompensas para os legisladores e congressistas que seguem a sua agenda em favor de Israel e também o seu modo de punição para quem não atinge os objetivos (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Além dessas fortes influências sobre os políticos e seus projetos, ainda existem os Comitês de Ação Política (PAC's, sigla em inglês para Political Action Committees) pertencentes a fundações judaicas que a cada ano aumentam os financiamentos dentro dos dois partidos dos Estados Unidos (o partido democrata e o partido republicano). Na década de noventa, quarenta e cinco por cento dos fundos angariados pelo partido Democrata foi proveniente das PAC's, e vinte e cinco por cento dos fundos econômicos obtidos pelo partido Republicano foi repassado por esses comitês. Pesquisas mais recentes constataram um aumento da participação destas fundações no financiamento dos partidos, passando para sessenta por cento no Democrata e trinta e cinco por cento no Republicano (PETRAS, 2006).

De acordo com James Petras em seu livro “The Power of Israel in the United States” (2006):

A tirania da maioria dos donos das fundações não é exercida pelo lobby judaico com o objetivo de assegurar privilégios individuais e privados, e sim de assegurar expansões coloniais do Estado Israelense e, dessa forma, assegurar a supremacia regional no Oriente Médio. (PETRAS, J.; 2006, pág. 14)

A base de poder das a fundações judaicas e de seus Comitês de Ação Política ou PAC's, e dessa maneira, do lobby fomentado por elas, está enraizada na grande proporção de família judaicas que vivem em excelente situação financeira e econômica nos Estados Unidos, de acordo com a revista Forbes, cerca de vinte e cinco a trinta por cento dos multimilionários e bilionários dos E.U.A. são judeus. Caso seja adicionado às contribuições dos bilionários judeus canadenses, que representam mais de trinta por cento do mercado de valores do Canadá, pode-se perceber a extensão e a profundidade dessa “área” do lobby, demonstrando total poder para ditar a política do Congresso e do Poder Executivo norte-americano com relação ao Oriente Médio (PETRAS, 2006).

A segunda frente é baseada na estratégia de manipulação do discurso público para beneficiar o Estado de Israel. O objetivo principal é convencer as pessoas de que os interesses e os valores de Israel são os mesmos dos americanos (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Para que esse convencimento seja feito de uma forma sem questionamentos, os que fazem parte do lobby acusam de serem anti-Israel ou de anti-semitas aqueles críticos das políticas israelenses e os que questionam a relação especial entre E.U.A. e Israel. Geralmente, essa é um dos modos de defesa mais frequentes do lobby israelense, acusar, quem for contrário as decisões ou planejamentos desse vasto grupo, de serem contra os judeus ou contra o Estado de Israel, passando-se por vítima muitas vezes (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O discurso público positivo é fundamental para manter a mídia norte-americana a favor do Estado judeu e não questionar de forma alguma o apoio incondicional dos Estados Unidos a esse país. Outra forma do lobby israelense manobrar os discursos públicos é através das “think tanks”, que são instituições ou organizações que atuam no campo dos grupos de interesse produzindo e difundindo conhecimentos assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas sobretudo em assuntos sobre os quais os pessoas comuns não encontram facilmente bases para analisar de forma objetiva (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

2.3 O movimento sionista

O lobby israelense nos Estados Unidos foi originado de um movimento bem mais amplo e complexo, conhecido como o sionismo político. Esse é um movimento internacional que começou no final dos anos mil e oitocentos, através da ideia de se criar um Estado Judeu em algum lugar no mundo. Dessa forma, o lobby seria apenas a ponta de um antigo e grandioso iceberg (WEIR, 2014).

Em um trecho da obra “The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy”, John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt afirmam que:

Sionistas (e mais tarde, israelenses) oficiais encorajaram os líderes Judeus Americanos a lutararem no plano de divisão da ONU em 1947, a promoverem o seu reconhecimento pelos E.U.A. em 1948 e a fazer um lobby contra um abortivo plano de paz formulado pelo mediador da ONU Folke Bernadotte em 1948

(MEARSHEIMER, J. J.; WALT, S. M. *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*; 2007, pág. 117)

O movimento Sionista começou a destacar-se mundialmente no ano de 1897, quando, liderado pelo jornalista europeu Theodor Herzl, uniu-se no Primeiro Congresso Sionista, estabelecido em Basel na Suíça. No primeiro ano foram representados cento e dezessete grupos sionistas, já no segundo ano esse número passou para novecentos (WEIR, 2014).

Esse movimento e, mais tarde, o Estado de Israel, não estava dividido, emocionalmente e ideologicamente, entre o ocidente e o oriente. Pelo contrário, ele estava ligado às democracias do ocidente desde o princípio (KARSH, 1997).

O autor Efraim Karsh na obra “*The cold war and the middle east*” comenta sobre as características democráticas dentro do movimento sionista:

Estava tudo lá, configurado e funcionando, com um ou dois anos da convocação do primeiro Congresso Sionista em 1897: eleições livres em bases constituintes, sufrágio universal (ou seja, homens, mulheres e membros do Congresso votando); uma assembleia totalmente representativa; uma chefia política responsável pela assembleia, debate aberto em todas as principais questões; e brevemente depois, o que poderia ser útil, uma oposição leal (KARSH, E. *The cold war and the middle east*; 1997. Pág. 158)

Durante a escolha da localização territorial do novo estado judaico, os sionistas consideraram como “candidatos” alguns países como: Argentina, Uganda, Ciprus (uma das diversas ilhas do mediterrâneo) e o Texas. Após analisarem esses e outros lugares, resolveram que o seu território deveria ser localizado na Palestina, mesmo que a população palestina fosse formada por cerca de noventa e três a noventa e quatro por cento de não judeus, havendo uma maioria gigantesca de cristãos e muçulmanos que ocupavam noventa e nove por cento dessa região (WEIR, 2014). Sendo assim, de acordo com a obra “*Against our better judgment*” (2014) de Alison Weir, depois do encerramento do Congresso Sionista, dois rabinos de Viena foram enviados para a Palestina, tendo como objetivo principal explorarem esse local para lá estabelecerem um possível estado judeu. Logo esses rabinos reconheceram o obstáculo, anteriormente relatado, que iria dificultar o sucesso dos seus planos para um novo país naquela região e eles, então, escreveram para os seus mandatários sionistas: “A noiva é linda, mas ela está casada com outro homem”. Apesar do relato destes exploradores, os sionistas continuariam tentando tomar posse da Palestina (muitos desses judeus passaram a escrever cartas e formatar documentos para retirar os não judeus daquele local,

buscando tirá- los através de acordos financeiros se possível, ou de forma violenta se fosse necessário).

A importância dos Estados Unidos para esse movimento sionista foi, e continua sendo, muito grande. Essa ligação entre os E.U.A. e os sionistas começou à muito tempo atrás (WEIR, 2014). Um dos fundadores dessa política comandada pelos judeus chamado Max Nordau escreveu alguns anos após a conferência promovida em Basel que a única esperança do sionismo eram os judeus da América. Porém, durante esse período da declaração de Nordau e pelo espaço temporal de décadas, a maioria dos judeus norte- americanos não eram sionistas, a maior parte deles até eram contra este movimento. A valorização e a conquista da maioria dos judeus só veio a acontecer tempos depois graças a influência que passaram a exercer sobre os políticos, sobre a mídia e a sociedade, como foi demonstrado anteriormente e será detalhado mais a frente (WEIR, 2014).

Os grupos que representavam o movimento sionista começaram a aparecer nos Estados Unidos durante a década de oitenta do século dezenove. Uma das primeiras personalidades que apoiava a construção de um Estado judaico e que obteve destaque foi à poetisa Emma Lazarus (algumas de suas citações estão presentes na estátua da liberdade), essa artista incentivou e promoveu uma maior identificação do movimento sionista durante toda a década nos Estados Unidos (WEIR, 2014). Dentro ainda dessa época, o presidente Grover Cleveland (governou os Estados Unidos de 1893 até 1897) obteve uma parcela de responsabilidade na disseminação da política sionista pelos Estados Unidos e até pelo mundo, já que no ano de 1897 ele nomeou um embaixador judeu para a Turquia. A região turca nesse período era abrangida pelo Império Otomano, o qual também controlava a Palestina. Essa nomeação foi uma clara demonstração da imensurável importância da Palestina para os Sionistas, e que, além disso, o presidente Cleveland considerava a embaixada turca como sendo fundamental para o crescimento do número de sionistas dentro do eleitorado judeu dos E.U.A.. Durante os trinta anos que se seguiram desta nomeação, todos os presidentes (tanto os republicanos quanto os democratas) continuaram seguindo o precedente de que a embaixada da Turquia seria um domínio quase- judeu (WEIR, 2014).

Através dese favorecimento ao movimento sionista por políticos dos Estados Unidos, na década de noventa dos anos de mil e oitocentos, já haviam organizações em Nova Iorque, em Chicago, dentro de Baltimore, em Milwaukee, Boston, na Filadélfia e em Cleveland. Devido a esse forte crescimento no número de grupos que apoiavam a criação de um Estado judeu dentro da América do Norte, em 1898 foi feita a primeira conferência anual dos Sionistas Americanos, promovida em Nova Iorque no dia 4 de Julho. Durante essa reunião foi fundada a Federação dos Sionistas Americanos (WEIR, 2014).

A partir do século vinte, este movimento de judeus começou a ser ouvido pelo Congresso dos Estados Unidos, especialmente. Com esse ganho de importância política, o número de sionistas passou para duzentos mil em 1918 e atingiu a marca de um milhão no ano de 1948 (WEIR, 2014).

Outro fator que gerou essa “explosão” de integrantes do movimento sionista, e que é uma das bases do lobby israelense (algo já comentado em um trecho prévio), é a presença do sionismo na mídia e no discurso público. Uma parte da imprensa judaica desde cedo expôs a causa sionista, em 1923 todos os jornais ídiches² de Nova Iorque, a não ser apenas um deles, eram Sionistas. Por volta de quinhentas e trinta e cinco mil famílias recebiam jornais ídiches no ano de 1927 (WEIR, 2014).

A Primeira Guerra Mundial que aconteceu entre os anos de 1914 e 1918, foi um evento que demonstrou a crescente influência do movimento sionista dentro dos Estados Unidos. Antes da entrada dos norte-americanos nessa batalha, o presidente Woodrow Wilson (presidiu os E.U.A. de 1913 até 1921) foi eleito no ano de 1913 com o “slogan”: ele nos manterá fora da guerra. Todavia, depois de quatro anos no poder, Wilson resolveu colocar os norte-americanos na primeira grande guerra (mais exatamente em 1917), resultando em aproximadamente duzentos e setenta mil americanos mortos ou feridos. Além disso, mais de mil e duzentos cidadãos estadunidenses que faziam oposição à guerra ficaram surpresos e impressionados com a entrada do seu país nessa disputa militar (WEIR, 2014).

Um grande número de justificativas foram elaboradas para buscar-se entender o motivo pelo qual a grande potência da América do Norte mudou seu discurso e acabou entrando na Primeira Guerra Mundial. As explicações passaram pela destruição de um navio de passageiros americano chamado “Lusitania”, através do ataque de submarinos alemães, além de problemas diplomáticos, como, por exemplo, o episódio do Telegrama do Telegrama Zimmerman, sendo que alguns historiadores ainda buscam explicações através da propaganda britânica e através de razões econômicas. E outros estudiosos sugerem uma soma de fatores para explicarem esta entrada no conflito armado (WEIR, 2014).

Ainda nos dias de hoje, os norte-americanos não possuem conhecimento da maioria desses fatos que levaram o seu Estado a primeira guerra, são poucos os que sabem sobre o Sionismo como sendo um desses fatores. Existem diversas evidências que demonstram a intenção dos sionistas em colocarem os E.U.A. na guerra mundial ao

² Ídiche é uma língua de origem indo-europeia que foi adotada por parte dos judeus.

lado dos britânicos, para que, dessa maneira, fosse firmado um acordo envolvendo a colonização da Palestina, ou seja, se os Estados Unidos, influenciado pelo movimento sionista, ajudasse a Grã- Bretanha na guerra, os britânicos deveriam ajudar a colonização do território palestino por parte dos judeus (WEIR, 2014).

No início da aproximação entre os ingleses e os sionistas, não havia um entusiasmo muito grande por parte dos ingleses, porém, esse país começou a passar por sérios problemas na 1ª Guerra Mundial que foram se agravando com o tempo, até que em 1916, durante um dia de batalha apenas, foram mortos cerca de sessenta mil soldados britânicos. A partir daí, segundo Alison Weir (2014), os líderes do Sionismo resolveram realizar a proposta de aliança aos britânicos, segundo este autor:

Enquanto eles, previamente, apenas apelavam através de argumentos religiosos ou ideológicos, agora, os líderes sionistas tinham um poderoso motivo: dizer ao governo britânico que os Sionistas nos Estados Unidos poderiam colocar a América na guerra ao lado dos E.U.A., se a Grã- Bretanha promettesse um apoio ao judeus na conquista da Palestina mais tarde. (WEIR, A. ; 2014, pág. 17).

Após o lançamento dessa proposta, em 1917, o ministro britânico de relações exteriores Lord Balfour enviou uma carta ao líder do movimento sionista Lord Rothschild. A carta ficou conhecida como a Declaração Balfour (WEIR, 2014).

Em 2 de novembro de 1917 foi publicada essa declaração, em tal documento dizia- se que a Grã- Bretanha era favorável ao estabelecimento na Palestina de um lar para os judeus, e que os ingleses facilitariam a realização desse objetivo (SHOENMAN, 2008). Esse documento ainda dizia que nada que fosse feito deveria prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não- Judaicas na Palestina, algo muito complicado porque, naquela época, estas comunidades chegavam a totalizar cerca de noventa e dois por cento da população palestina, com o passar dos anos, a imigração de sionistas aumentou consideravelmente a quantidade de judeus na região (WEIR, 2014).

Ralph Schoenman em seu livro “A história oculta do sionismo: a verdadeira história da formação do Estado de Israel” (2008) comenta sobre uma das várias intenções da Grã- Bretanha em unir- se com os Sionistas:

Durante anos os britânicos utilizaram a direção sionista para conseguir apoio dos bancos e grandes capitalistas judeus dos Estados

Unidos e da Grã- Bretanha para sua guerra contra o Império Alemão (Schoenman, R.; 2008, pág. 45)

A Declaração Balfour foi um registro da presença e da união do Sionismo nos mais importantes países daquela época. Esta declaração foi processada e editada durante dois anos antes de ser oficialmente assinada pelo Lord Balfour. Durante esses dois anos, foram feitas edições nos Estados Unidos e na Inglaterra (WEIR, 2014). O líder dos Sionistas daquela época Nahum Sokolow afirmou que todas as ideias surgidas em Londres eram testadas pela Organização Sionista na América e vice-versa, além disso, chegou a escrever que havia uma comunicação constante entre os sionistas de Londres, de Nova Iorque e de Washington, existindo, dessa maneira, uma perfeita unidade entre os Sionistas dos dois hemisférios. (WEIR, 2014).

Além da forte união, o movimento sionista demonstrava ser adepto de acordos e tratados promovidos de forma secreta ou até de forma clandestina. Um exemplo dessas movimentações secretas, de acordo com Samuel Landman, secretário da Organização Mundial Sionista, em um artigo intitulado “Jewry World” (1936), foi que em 1916 houve um acordo de cavalheiros promovido por “Sir” Mark Sykes, pertencente à nobreza da Grã- Bretanha e Weizmann e Sokolow que possuíam liderança dentro do movimento Sionista. Uma mensagem proveniente desse acordo foi mandada secretamente para Lord Brandeis, no conteúdo dessa carta estava à afirmação de que o Gabinete Britânico iria ajudar os Judeus a conquistar a Palestina em troca de uma ativa “simpatia” Judaica e de um suporte norte- americano na Primeira Guerra Mundial. A partir dessa carta iniciou-se a construção da Declaração Balfour, explanada anteriormente (WEIR, 2014).

Após o fim da Primeira Grande Guerra, por volta do ano de 1918, os países vitoriosos (os Estados vencedores foram os denominados aliados, os países principais que faziam parte desse grupo eram: Grã- Bretanha, Estados Unidos, França, Rússia, Itália) promoveram uma Conferência de Paz em Paris no ano de 1919, na qual foram feitos vários acordos, dentre esses tratados, foi feita a divisão entre Grã- Bretanha e França, do território do Oriente Médio que pertencia ao Império Otomano. Os franceses e os Britânicos comandariam os povos destes novos territórios através de um sistema de mandato até que essas populações fossem capazes de se “auto- governarem”. A Grã- Bretanha tornou-se a mandatária do território palestino (WEIR, 2014).

Com os objetivos de promover um “lobby” para um lar Judeu na Palestina e de incorporar a redação pró- sionista de Balfour nos acordos de paz, os Sionistas, através de oficiais da Organização Mundial Sionista e da delegação Americana Sionista (na

delegação oficial dos E.U.A. também havia um grande número de Sionistas) marcaram forte presença nesta conferência em Paris (WEIR, 2014).

Houve, também, uma forte concentração, nesta Conferência em Paris, de representantes de Estados e de Instituições Internacionais que eram contra a colocação dos ideais sionistas nos acordos de paz e, dessa forma, eram aversos a criação de um Estado de judeus na Palestina. (WEIR, 2014). Entre esses grupos de oposição ao Sionismo, estavam: Cristãos Americanos que apoiavam consistentemente a autodeterminação dos povos Árabes, alguns líderes cristãos dos Estados Unidos, como os pastores mais aclamados daquele tempo Harry Emerson Fosdick e Henry Sloane Coffin, ainda esteve presente em Paris o mais influente americano no Oriente Médio daquela época o Doutor Howard Bliss, presidente da Faculdade Protestante da Síria em Beirute (depois veio a tornar-se Universidade Americana de Beirute), que foi a Conferência de Paz para tentar formar uma comissão que determinaria o que os povos do Oriente Médio queriam para eles próprios, essa ideia da formação de uma comissão foi totalmente apoiada pela diplomacia norte-americana presente na reunião (demonstrando que os sionistas ainda não haviam conquistado totalmente todas as áreas do governo dos E.U.A.), o professor Philip Brown, representante da Associação Cristã de Moços, que afirmou ser desastroso o impacto causado pelo Sionismo na Palestina, tanto para os Árabes quanto para os Judeus, e o diretor do Departamento de Estado da divisão do oeste asiático William Westermann, que tratou a criação de um Estado Judeu como sendo uma colisão com os direitos e desejos da maior parte da população Árabe na Palestina, acreditando em uma aproximação bem maior entre a posição dos árabes e os princípios de paz de Wilson (presidente Woodrow Wilson), assim como os diplomatas estadunidenses. Só que todos esses estudiosos, juntamente com seus argumentos, foram totalmente “desarmados” com facilidade pelos sionistas (WEIR, 2014).

Como foi relatado no parágrafo anterior, durante essa conferência entre Estados em Paris, os Estados Unidos estavam sendo presidido por Woodrow Wilson. Antes da Conferência de Paz em Paris, este presidente enviou uma comissão para a Palestina com o intuito de investigar a situação da região e de se fazer uma análise sobre a possibilidade da criação de um novo país judaico naquele território. Após cerca de dois meses estudando a Palestina e seus povos, os comissários de Wilson concluíram que os sionistas buscavam retirar, dos habitantes não judeus, a posse da Palestina. E para a tomada de posse territorial dessa maneira, seria preciso a utilização das forças armadas. Sendo assim, os comissários buscaram destituir as propostas dos Sionistas na Conferência de 1919, porém, o movimento Sionista, através de Louis Brandeis, norte-americano que foi um dos grandes líderes sionistas, dominou mais uma vez a situação e suprimiu esse relatório da comissão norte-americana antes da promulgação dos Acordos de Paz. Então, a delegação dos Estados Unidos foi forçada a seguir as diretrizes do Sionismo (WEIR, 2014).

No livro “The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy” (2007), John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt comentam sobre as influências dos líderes Sionistas sobre a decisão de Woodrow Wilson em apoiar a Declaração de Balfour:

Durante os primeiros anos do Sionismo, e até após a fundação de Israel, o lobby israelense tendia a ocorrer silenciosamente nos bastidores e usualmente depender de contatos pessoais entre influentes oficiais do governo, especialmente do presidente, e um pequeno número de líderes judeus, conselheiros pro- Sionistas, ou amigos Judeus. Por exemplo, o apoio de Woodrow Wilson para a Declaração Balfour foi devido em parte a influência dos seus amigos Judeus da Suprema Corte de Justiça: Louis D. Brandeis e Rabbi Stephen Wise. (MEARSHEIMER, J. J.; WALT, S. M. The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy; 2007, pág. 117)

Alison Weir, em sua obra, também afirma que é patente o grande apoio da Grã-Bretanha para com o movimento Sionista e o poder desse movimento judaico “Against our better judgment” (2014):

Em uma última análise, o comando da Grã- Bretanha em relação à Palestina deu suporte para o projeto Sionista e incluiu a Declaração de Balfour, de acordo com esse mandato, a Grã- Bretanha seria “responsável por colocar em efetividade a declaração (Balfour)... em favor do estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo Judeu, é claramente entendido que nada poderia ser feito que prejudicasse os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina...” (WEIR, A. ; 2014, pág. 26)

O anti- semitismo é usado como uma justificativa para a criação de um Estado Judeu por parte dos Sionistas, eles buscavam nesse novo Estado um ambiente de fulga desse anti- semitismo para todos os judeus do mundo. Além dessa justificativa de fulga dos antisemitas, os sionistas acreditavam e disseminavam a ideia de que todos os Judeus deveriam ir para o novo país em uma grande “colheita dos exilados” (WEIR, 2014).

Dimensionando a proporção da mentalidade de vítimas dos sionistas, o autor Norman Finkelstein (2001) escreveu:

O sionismo nasceu da premissa de que a assimilação era um castelo no ar, porque os judeus sempre seriam vistos como estrangeiros potencialmente desleais. Para resolver este dilema, os sionistas visavam a estabelecer uma pátria para os judeus (FINKELSTEIN, N. G.; 2001, pág. 11)

Com o término da Primeira Guerra Mundial e aproximação da Segunda Guerra (perdurou de 1939 até 1945), todavia, essa grande migração para o território palestino, não estava ocorrendo como previam os líderes do Sionismo, dessa forma, começaram a serem utilizados vários métodos que persuadiam os judeus a migrarem para o “futuro novo Estado”, principalmente por parte dos sionistas mais fanáticos. Uma dessas formas de atrair os judeus espalhados pelo mundo para a Palestina era explorar exageradamente, inventar e, até mesmo perpetrar, incidentes anti- semitas. Utilizavam, também, a manipulação do anti- semitismo como uma forma de atrair mais apoio para a causa sionista (WEIR, 2014). Em uma parte do livro “The Power of Israel in the United States” (2006) do autor e estudioso James Petras, o sociólogo e professor C. Wright Mills comenta que a elite Sionista se defende dos seus adversários acusando- os de serem anti- semitas.

Em outro trecho desse mesmo livro de James Petras (2006), afirma- se:

Por todo os Estados Unidos, editores locais, críticos intelectuais e ativistas, e até doutores são denominados de “novos- Nazis” e sofrem ligações telefônicas ameaçadoras e são visitados por fanáticos pro-Israel na região (incluindo “respeitáveis” membros da comunidade judaica. As ameaças usualmente param as discussões e/ou intimidam cidadãos locais que advogam por uma política externa democrática e independente (PETRAS, J.; 2006, Pág. 46)

O caso mais explícito de utilização do anti-semitismo como ferramenta para migração e fortalecimento do Estado judaico, além de servir como vitimização do povo e desse país, foi a relação entre os judeus e o nazismo, principalmente no que se refere ao holocausto e a ascensão de Hitler (WEIR, 2014).

Um dos grandes temas que acaba “desenhando” Israel como um Estado vítima e que é uma peça fundamental para o lobby israelense é a chamada indústria do holocausto. Para o autor Norman G. Finkelstein:

O Holocausto provou ser uma indispensável bomba ideológica. Em seus desdobramentos, um dos maiores poderes militares do mundo, com uma horrenda reputação em direitos humanos, projetou-se como um Estado “vítima”, da mesma forma que o mais bem-sucedido agrupamento étnico dos Estados Unidos adquiriu o status de vítima. (FINKELSTEIN, N. G.; 2001, pág. 1)

Para este autor, que teve todos os membros da sua família aniquilados pelos nazistas, com excessão de seus pais, o estado de Israel através desse falso aspecto de vítima conseguiu várias vantagens, dentre elas, por exemplo, está a imunidade a críticas. Essa imunidade é a base para a corrupção moral que envolve a indústria do holocausto (FINKELSTEIN, 2001).

Finkelstein não nega o acontecimento do holocausto promovido pelos nazistas, mas diferencia o fato histórico (o assassinato em massa de judeus pelos alemães) da representação ideológica do holocausto que foi construída através de interesses políticos e de classes, sendo responsável pela formação da indústria do holocausto. Dessa forma, no seu livro “A indústria do holocausto”, Norman Finkelstein diferencia o fato histórico da ideologia através de nomenclaturas, denominando o assassinato em massa de judeus pelos nazistas como “holocausto nazista”, e chamando de “O Holocausto” a ideologia fomentada pelos israelenses. Ele vai afirmar nesta obra acadêmica que a descoberta do holocausto nazista pela colônia judaica americana foi pior que o seu esquecimento, devido a atual e grosseira exploração do martírio judeu (FINKELSTEIN, 2001).

Norman Finkelstein comenta em “A indústria do holocausto” (2001):

Meus pais muitas vezes se perguntaram por que eu teria crescido tão indignado com a falsificação e exploração do genocídio nazista. A resposta mais óbvia é que ele tem sido usado para justificar políticas criminosas do Estado de Israel e o apoio americano a tais políticas. (FINKELSTEIN, N. G.; 2001, pág. 4)

Porém, essa indústria do holocausto só veio a surgir depois de muitos anos após a segunda guerra mundial, um período depois da formação do estado de Israel

(FINKELSTEIN, 2001). Dessa maneira, isto será exposto e explicado mais detalhadamente no capítulo seguinte desse trabalho acadêmico.

Voltando a discussão para a época da Segunda Guerra Mundial e para a ascensão do regime nazista, é importante destacar que os líderes sionistas dessa fase histórica viram uma oportunidade de aumento da imigração para a Palestina através da perseguição dos judeus na Alemanha (WEIR, A., 2014). De acordo com o historiador israelense Tom Saveg, todas as pessoas se perguntavam como a perseguição dos Judeus na Alemanha iria afetar a vida na Palestina, enquanto os jornais descreviam uma “dança da morte” em Berlim, os líderes do Sionismo esperavam que “a hora do problema e da angústia” iria abrir um histórico sem precedentes de oportunidades, especificamente, o aumento da imigração para a Palestina. Ben- Gurion, um dos líderes deste movimento judaico, esperava que a vitória nazista se tornaria uma “força fértil” para o Sionismo (FINKELSTEIN, 2001).

Alison Weir comenta em seu livro “Against our better judgment” (2014):

Historiadores documentaram que os Sionistas sabotaram esforços para encontrar abrigos que serviriam de refúgio para os Judeus que fugiam da Alemanha Nazista, com o objetivo de convencer o mundo de que os Judeus apenas estariam seguros no Estado judeu. (WEIR, A.; 2014, pág. 29)

Ralph Schoenman também trata dessa “sabotagem sionista”, destacando que na década de 30 do século XX, o movimento Sionista colaborou com os nazistas quando sabotaram as tentativas de mudar as leis de imigração por parte dos E.U.A. e da Europa Ocidental que tentavam oferecer refúgio pra os judeus perseguidos na Europa (SHOENMAN, 2008).

Além da utilização do sofrimento dos próprios Judeus como forma de aumentar a população judaica na Palestina, no ano de 1933 foi feito um pacto entre os Nazistas e os Judeus, o chamado acordo de transferência, que consistia na possibilidade de transferência do capital dos judeus, que gostariam de viver na Palestina, para a área territorial palestina. Como parte desse acordo, os Sionistas aceitaram rejeitar um boicote implementado contra a Alemanha durante esse período. Tom Segev comentou que o acordo era um complemento de interesses: os Nazistas queriam os Judeus fora da Alemanha, e os Sionistas queriam que esses Judeus fossem para a Palestina (WEIR, 2014).

Em um trecho do livro “A história oculta do sionismo: a verdadeira história da formação do Estado de Israel” (2008), Ralph Schoenman faz um breve comentário analisando a relação entre o movimento sionista e o nazismo:

A maior parte das pessoas estranha o fato de que o movimento sionista, que sempre invoca o horror do Holocausto, tenha colaborado ativamente com o inimigo mais feroz que os judeus já tiveram. No entanto, a história revela não somente uma comunidade de interesses, mas uma profunda afinidade ideológica que tem sua raiz no extremo chauvinismo que compartilham. (Schoenman, R.; 2008, pág. 45)

Outra demonstração da existência de uma forte ligação entre o Sionismo e o Nazismo durante a década de trinta do século XX, aconteceu quando os sionistas levaram para a Palestina o barão Von Mildenstein, do Serviço de Segurança das SS (tropa de elite do regime nazista), numa visita de apoio ao sionismo naquela região (SHOENMAN, 2008).

Ainda durante esta década de trinta do século vinte, os sionistas começaram a dar uma importância bem maior para os Estados Unidos (WEIR, 2014), seus líderes sentiram que os Estados Unidos eram muito importantes para atingirem seu objetivo (fundar o Estado judeu). Um desses líderes, Ben- Gurion, escreveu em 1939 que estava convencido da arena principal para os Sionistas fora da Palestina, deveria ser a América, declarando que a melhor ferramenta à disposição eram os Judeus Americanos juntamente com o Movimento Sionista (WEIR, 2014).

Em um trecho do livro “Against our better judgement” (2014) outro Sionista chamado Moshe Shertok, que chegou a ser ministro do exterior de Israel fez um breve comentário sobre a importância da América (E.U.A.) para o Sionismo:

Existem milhões de judeus ativos e bem organizados na América, e suas posições na vida permitem que eles sejam mais dinâmicos e influentes. Eles vivem nos centros nervosos do país, e possuem importantes posições na política, no comércio, no jornalismo, no teatro e na rádio. (WEIR, A.; 2014, pág. 36)

Seguindo essa ideia de privilegiar os Estados Unidos, em 1939 iniciou-se o precursor imediato do lobby pro- Israel, o Conselho de Emergência Sionista (AZEC,

sigla em inglês para “Zionist Emergency Council”), sob o comando de Rabbi Abba Hillel Silver, nascido na Lituânia (WEIR, 2014). Em 1943, esse conselho conseguiu arrecadar meio milhão de dólares, durante esse período era possível comprar um considerável pedaço de pão apenas com centavos (WEIR, 2014).

Além da AZEC e sua alta arrecadação, os Sionistas tornaram-se influentes devido à criação, neste mesmo ano, de uma organização captadora e angariadora de fundos, a “United Jewish Appeal”, a qual promoveu acesso a imensuráveis e progressivos recursos financeiros, catorze milhões de dólares em 1941, que passaram a ser cento e cinquenta milhões de dólares no ano de 1948 (WEIR, 2014). Isso corresponderia a aproximadamente 1,5 bilhões de dólares na atualidade. Cerca de quatro vezes mais do que as doações dos Estados Unidos para a Cruz Vermelha (WEIR, 2014).

Através desse extraordinário fundo financeiro, a AZEC começou a buscar alcançar todos os setores da sociedade e da política dos E.U.A. (WEIR, A., 2014). Com essa busca, ocorreu o início da formação do que é chamado, no livro de James Petras “The Power of Israel in the United States” (2006), de Configuração do Poder Sionista (conhecida também como ZPC, sigla em inglês para “Zionist Power Configuration”) dentro dos Estados Unidos, essa configuração envolve a questão de influência em quatro “círculos” são eles: círculo de influência dos representantes Sionistas no Governo norte- americano, de Sionistas e organizações judaicas influentes na mídia de massa (da grande população) e de organizações locais, setoriais juntamente com federações de Judeus que influenciam organismos profissionais, sindicatos e fundos de pensão.

O círculo de influência dos representantes Sionistas no Governo dos Estados Unidos da América acontece tanto no Poder Executivo quanto no Congresso. Sua via indireta é a utilização de fundos de campanha com dois objetivos: influenciar a seleção de candidatos dentro dos dois grandes partidos e combater críticas a Israel, além de premiar os oficiais eleitos que vão seguir a linha de Israel (PETRAS, 2006).

A influência das organizações judaicas na mídia de massa (da grande população) serve para monitorar e atacar os comentários críticos à Israel, principalmente sobre debates políticos envolvendo este Estado, e ainda evidenciar notícias novas e comentários a favor do Estado Judeu (PETRAS, 2006).

As organizações locais e setoriais em conjunto com as federações judaicas acabam influenciando os organismos profissionais, os sindicatos e certos fundos de pensão, fazendo com que a maior parte dos cidadãos norte- americanos tornem-se inibidos para comentar e expor dúvidas e críticas à política de Israel e fazendo calar o efetivo setor advocatício da sociedade estadunidense (PETRAS, 2006).

Além disso, a Configuração de Poder do Sionismo possui em sua estrutura um elemento crucial dinâmico: cada poder central interage com o resto, criando um constante movimento e uma constante atividade, que fornecem grande energia para os líderes Sionistas e para seus seguidores. Além disso, os líderes midiáticos e civis que não são Judeus e muito menos Sionistas, mas são influenciados por esta configuração de poder, terminam influenciando seus círculos de ouvintes e de seguidores, multiplicando a “hegemonia” da Configuração de Poder Sionista (PETRAS, 2006).

Em outra parte do livro “The Power of Israel in the United States” (2006), James Petras faz uma análise sobre como entender a Configuração de Poder Sionista:

A Configuração de Poder Sionista não pode ser entendida meramente como o Lobby judaico ou menos ainda como a AIPAC, mesmo sendo formidável como ela é (...). O ZPC pode ser melhor entendido como uma complexa rede de trabalho de grupos interligados formal e informalmente, operando em níveis internacionais, nacionais, regionais e locais, e diretamente e sistematicamente subordinados ao Estado de Israel, que detem o poder e as tomadas de decisões. (PETRAS, J.; 2006, Pág. 46)

2.4 Criação do Estado de Israel

Retornando a década de quarenta do século XX, a AZEC exibiu seu poder no ano de 1945, quando Ravi Silver, por não ter gostado de um movimento da Grã-Bretanha que seria prejudicial aos Sionistas, promoveu a reserva do “Madison Square Garden” através da AZEC, e enviou duzentos e cinquenta mil convites. Depois desse dia, essa comição organizou demonstrações em trinta cidades, iniciou uma campanha através de cartas e convenceu 27 senadores norte-americanos a fazerem pronunciamentos (WEIR, 2014).

Porém, mesmo com todo esse alcance social e político, os Sionistas não conseguiram um total apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos e de outros departamentos governamentais (da CIA, por exemplo), dessa forma, em 1947, a Grã-Bretanha anunciou que daria um fim ao seu controle sobre a Palestina, deixando o destino daquele território sob responsabilidade das Nações Unidas (WEIR, 2014). Então, os Sionistas estabeleceram uma resolução em Assembléia Geral que dava-lhes cinquenta e cinco por cento do território da Palestina (naquele ano a população judaica na região

correspondia a trinta por cento e habitavam cerca de seis a sete por cento do território). Os integrantes do Departamento de Estado norte- americano se opuseram a essa divisão da Palestina proposta pelo movimento Sionista, considerando o Sionismo contrário aos princípios fundamentais e aos interesses dos E.U.A (WEIR, 2014).

De acordo com o autor Alison Weir na obra “Against our better judgment” (2014), o diretor do Departamento de Estado norte- americano daquela época, Loy Henderson, deu a seguinte declaração sobre a hipótese dos Estados Unidos apoiarem os Sionistas na criação do Estado Judeu através daquela divisão:

No tempo presente, os Estados Unidos tem um prestígio moral no Oriente Próximo e no Oriente Médio que é inigualável por qualquer outra potência. Nós perderíamos esse prestígio e seríamos considerados, por muitos anos, traidores dos mais altos princípios que nós mesmos enunciávamos durante o período da Segunda Guerra Mundial. (WEIR, A.; 2014, pág. 45)

Apesar de toda essa oposição por parte de membros do governo norte- americano, o presidente Harry Truman (governou os Estados Unidos de 1945 a 1953) ignorou todas essas ideias negativas sobre os Sionistas e prestou apoio ao plano de divisão do território palestino por parte do movimento Sionista. Esse apoio do presidente Truman ao plano do sionismo pode ser “personificado”, especialmente, em três indivíduos: Clark Clifford, Abraham Feinberg e David K. Niles. Clark Clifford era o acessor político acreditava que o voto e as contribuições dos judeus eram essenciais para a vitória de Truman nas eleições que estavam por vir, sendo assim, ao apoiarem este plano de divisão, conseguiriam o apoio judaico (WEIR, 2014).

Abraham Feinberg, era uma peça chave na conexão financeira entre o Sionismo e o presidente Truman. Feinberg era um rico empresário que também propiciou essa conexão entre os Sionistas e o Presidente Lyndon Johnson (WEIR, 2014). Esse empresário teve um papel fundamental, juntamente com o lobby Sionista, na vitória eleitoral de Harry Truman, já que foram eles que financiaram o famoso “tour” da campanha de Truman conhecido como “whistle- stop”. Tal importância foi percebida quando este presidente creditou a Abraham Feinberg sua eleição e, também, no momento em que a CIA descobriu que esse empresário Sionista ajudou a financiar ilegalmente uma corrida armamentista para grupos Sionistas, a administração presidencial não deu continuidade as investigações (WEIR, 2014).

O terceiro indivíduo, David K. Niles, era assistente executivo de Truman. Niles fazia parte de um seleto grupo de assessores confidenciais, os quais possuíam grande paixão pelo anonimato (WEIR, 2014). Esse assessor obteve tamanha importância para o presidente que ficou conhecido nos bastidores como “O homem misterioso do senhor Truman”. David Niles encabeçava o escritório em Washington da Organização Sionista da América, ZOA, sigla em inglês para Zionist Organization of America (WEIR, 2014).

Mesmo com o apoio do Estados Unidos, representado na figura do Presidente Harry Truman, os Sionistas não teriam os dois terços de votos necessários para conseguir a aprovação da divisão da Palestina na Assembleia Geral da ONU em 1947 (WEIR, 2014). Dessa maneira, os representantes deste movimento judeu atrasaram a votação deste caso e, durante esse atraso, pressionaram representantes de diversas nações para votarem a favor da sua causa. Após grande e intensa pressão, chegando ao ponto de afirmarem a certas delegações que iriam utilizar suas influências para bloquear a economia do país que não iria votar a favor da divisão da região palestina, e de um dos seus representantes (Bernard Baruch) dizer a França que ela perderia o apoio dos E.U.A. caso votasse contra, os Sionistas conseguiram, no dia 29 de novembro de 1947, a aprovação de uma resolução que aprovava a partilha da Palestina perante a Assembleia Geral das Nações Unidas (WEIR, 2014). Nessa época, haviam seiscentos e trinta mil judeus e mais de um milhão e trezentos mil árabes palestinos no território da Palestina, no momento da divisão dessa região por parte da ONU, os judeus formavam trinta e um por cento da população (SHOENMAN, 2008).

Depois da aprovação desta resolução, os Sionistas ampliaram a luta contra os não- judeus dentro do território palestino, conseguindo expulsar mais de quatrocentas e treze mil pessoas, em meses, da região. A grandiosa força militar é explicada pelo fato de que os Sionistas estavam se preparando para essa guerra na Palestina desde antes da votação na Assembleia da ONU, sendo assim, conseguiram adquirir grande quantidade de armamentos massivos (WEIR, 2014).

A expulsão do povo palestino de seu próprio território é o que distingue o sionismo dos demais movimentos coloniais. O movimento sionista possui como objetivo fazer, além da exploração, a dispersão e a expropriação dos palestinos. Tendo como grande meta fazer a substituição da população nativa por uma nova comunidade de colonos, expulsar os camponeses, os artesãos e a população urbana da Palestina e substituí- los por uma força de trabalho completamente nova composta por colonos (SHOENMAN, 2008).

Uma parte destes armamentos do movimento Sionista, foi obtido através de uma ampla rede de operações armamentistas ilegais nos Estados Unidos (WEIR, A. ; 2014). Dentro dos E.U.A., aliás, existiam grupos que davam apoio aos grupos paramilitares

Sionistas na batalha contra os não-judeus. Esses grupos empregavam métodos clandestinos e nomenclaturas falsas. A quantidade de dinheiro americano mobilizado para os Sionistas durante o período de 1939 até 1948, mesmo sendo impossível calcular exatamente, é astronômica. Só a Agência Judaica em prol de Israel, elevou-se, ao equivalente hoje, em mais de três bilhões de dólares (WEIR, 2014).

No livro “The Transformation of Palestinian Politics: from revolution to state-building” (1999) o autor Barry Rubin reproduz uma afirmação do político Abs al-Jawad Salah (historiador palestino) sobre o Sionismo: “A conspiração e os objetivos do Sionismo- colonialista que destroem não apenas nosso povo mas o mundo inteiro (Rubin, 1999).

Em 1948, existiam quatrocentos e setenta e cinco vilarejos e povoados palestinos. Desses conjuntos populacionais, trezentos e oitenta e cinco foram dezimados e os noventa que sobraram não possuíam mais suas terras (SHOENMAN, 2008).

No dia 15 de maio de 1948 os Sionistas anunciaram a criação do seu novo Estado, nomeando-o de Israel. Após a criação desse país, cinco Estados Árabes juntaram-se com os da Palestina para combater os integrantes de Israel, porém, os Israelenses eram em um número mais excedente do que os palestinos e árabes juntos. No fim dessa guerra, Israel tomava conta de setenta e oito por cento da Palestina (WEIR, 2014).

Apesar da origem das relações entre Israel e Estados Unidos acontecer no processo de criação do Estado israelense, o histórico de relações entre esses dois Estados (com os Estados Unidos protegendo Israel, tema do capítulo seguinte), como foi afirmado no início desse capítulo, só veio a iniciar-se com os acontecimentos da Guerra dos Seis Dias (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

3. RELAÇÃO DE PAI E FILHO

Desde a sua fundação em 1948 até a guerra de 1967, Israel não figurou como sendo um dos focos no planejamento estratégico americano. Tudo mudou com a guerra árabe- israelense, ou Guerra dos Seis Dias, de junho do ano de 1967 (FINKELSTEIN, 2000). De acordo com Finkelstein (2000), os Estados Unidos ficaram impressionados com o aparato das forças de dominação de Israel e, dessa forma, buscaram incorporar o Estado israelense como um novo recurso estratégico, e conseguiram transformar o país recém criado em seu representante de poder no Oriente Médio, aumentando a assistência militar e econômica.

Essa supremacia militar de Israel tem uma menor relação com a tecnologia e indústria regional bélica desse Estado, e possui uma maior ligação com as transferências e até comércio ilegal de tecnologias nucleares, químicas e biológicas, e de armas provenientes dos Estados Unidos (PETRAS, 2014, p. 86). Segundo o livro “The Politics of Empire: The US, Israel and the Middle East” (2014) do autor James Petras, os sionistas que moravam nos Estados Unidos da América e na França buscaram estratégias para roubar e enviar tecnologias nucleares e componentes bélicos para Israel. Esses envios e comércio ilegal buscando aumentar o poder militar do Estado israelense, foram descobertos por uma investigação do diretor da CIA Richard Helms.

Os autores Yezid Sayigh e Avi Shlaim (1997) relatam que a guerra dos seis dias em 1967 foi uma mudança na história do Oriente Médio. Dentre alguns elementos dessa mudança estão: a intensificação da competição entre as grandes potências naquela região e a transformação das relações de alianças entre estas potências e os países locais. Nessas mudanças de aliados, Israel substituiu a França pelos Estados Unidos como sendo um aliado estratégico e cortou seu vínculo com a União Soviética e seus países aliados do leste da Europa, menos com a Romênia. (SAYIGH; SHLAIM, 1997)

Em uma passagem do livro “The Cold War and the Middle East” (1997) os autores Sayigh e Shlaim vão falar da importância da guerra de 1967 para o término de grande parte das contradições existentes entre Israel e grande parte do governo americano (vistas no capítulo anterior). Segundo estes estudiosos:

A Guerra de 1967 permitiu que Israel diluísse estas contradições nas atitudes americanas. Através da derrota que impôs aos mais proeminentes aliados regionais de Moscou, Egito, Síria, e Iraque, Israel envergonhou publicamente os Soviéticos e diminuiu a pressão dos Árabes radicalistas sobre os regimes conservadores pró- ocidentais [...]. Através da permissão dada aos E.U.A.

para examinarem armamentos soviéticos capturados e compartilhar lições operacionais aprendidas na guerra, Israel contribuiu para o esforço americano no Vietnã. O encerramento do canal de Suez foi visto favoravelmente também pelos americanos, desde que impedia a transferência de armas soviéticas para o Oceano Índico e Indochina. Em um golpe ousado, Israel foi transformado de uma responsabilidade estratégica embaraçosa em um bem valioso (SAYIGH E SHLAIM, 1997, p. 164)

O argumento dos opositores do apoio norte- americano a criação de Israel em 1948, de que o exército dos Estados Unidos teria que correr para resgatar o estado Judeu deixando de lado interesses americanos maiores naquela região, logo acabou após estes eventos citados previamente (SAYIGH; SHLAIM, 1997). Esses autores também argumentam que a intensificação das relações entre Israel e Estados Unidos fortaleceu a fama ruim dos Estados Unidos da América no Oriente Médio a longo prazo, e foi o que plantou as desavenças entre os Árabes e os seus aliados soviéticos. Além dos israelenses introduzirem mudanças no sistema de armas norte- americano, como o caça de guerra F-4 Phantom, que trouxeram benefícios tanto militares quanto industriais para os E.U.A.. E, por fim, Israel ofereceu valiosa força de inteligência que ajudou os norte- americanos e sua própria força de inteligência no Oriente Médio.

Israel não era apenas uma força militar capaz de se defender sozinha, ele estava bem posicionado para impedir a entrada da União Soviética no Oriente Médio, fosse de uma forma direta ou através da imposição de derrotas aos Árabes radicais, e aumentou o prestígio dos E.U.A., já que os norte- americanos eram os únicos, entre as grandes potências, capazes de fornecer concessões a Israel (SAYIGH; SHLAIM, 1997).

Essas combinações estratégicas entre Estados Unidos e Israel foram apreciadas ao máximo pela maioria dos presidentes norte- americanos de 1967 em diante, mais notadamente com Richard Nixon (sua ajuda financeira ao país israelense foi apontada anteriormente) e Ronald Reagan (SAYIGH E SHLAIM, 1997).

Sobre a união desses dois Estados, os autores Yezid Sayigh e Avi Shlaim comentam:

Um círculo foi fechado. Em menos de duas décadas, Israel conseguiu se transformar de um embaraço político e de responsabilidade política, em um aliado proeminente dos E.U.A. no Oriente Médio, aproveitando um relacionamento multifacetado e institucionalizado (SAYIGH E SHLAIM, 1997, p. 168).

Da mesma maneira, Norman G. Finkelstein retratou esse início do histórico das relações entre os Estados de Israel e dos Estados Unidos, em seu livro “A indústria do Holocausto” (2000), fazendo a seguinte afirmação:

[...] as elites americanas subitamente descobriram Israel. Depois da guerra de 1967, o ímpeto militar de Israel podia ser celebrado porque suas armas apontavam na direção certa- contra inimigos da América. Suas proezas marciais facilitaram inclusive a entrada nos santuários internos do poder americano. Antes, as elites judaicas só podiam oferecer pequenas listas de judeus subversivos; agora, podiam posar de interlocutores para os novos objetivos estratégicos da América. (FINKELSTEIN, 2000, p. 32)

Seguindo essa linha de raciocínio, Finkelstein (2000) registra que depois da guerra dos seis dias, as organizações de judeus americanos mais influentes trabalharam diariamente para formatar a união entre os norte- americanos e israelenses. A cobertura de Israel no jornal “The New York Times” antes desta guerra preenchia 152 cm de colunas, enquanto que no ano de 1975 essa metragem alcançava 660 cm de colunas. (FINKELSTEIN, 2000).

3.1 A Indústria do Holocausto

A guerra de 1967 entre os árabes e os israelenses também foi responsável pela fixação do O Holocausto (introduzido na parte anterior) na vida dos judeus americanos (FINKELSTEIN, 2000). Depois que os norte- americanos ficaram impressionados com o poder bélico de Israel durante este conflito e transformaram esse recém criado país judaico em seu representante no Oriente Médio, a elite judaica americana passou a apoiar a ideia de que Israel deveria ser um país guerreiro grato ao poder dos Estados Unidos, porque apenas com essa mentalidade estes judeus poderiam agir como porta-vozes das grandes ambições imperiais norte- americanas (FINKELSTEIN, 2000). Para proteger essa mentalidade, os judeus da elite trouxeram a tona O Holocausto, como uma justificativa para tal lembrança, afirmaram que na época deste conflito de 1967, Israel estava correndo grande perigo e que tinham medo da ocorrência de um segundo Holocausto. Dessa forma, a indústria do Holocausto serviu, principalmente na esfera ideológica, como a grande ferramenta para o esvaziamento das críticas a Israel e, conseqüentemente, consolidação do histórico das relações entre a potência americana e o Estado judeu. Finkelstein (2000) corrobora esse surgimento do Holocausto e sua indústria ao fazer a seguinte afirmação:

Não foi a alegada fraqueza e isolamento de Israel, nem o medo de um “segundo Holocausto”, mas antes sua força e aliança estratégica com os Estados Unidos, que conduziram as elites judaicas a produzir a indústria do Holocausto, depois de junho de 1967. (FINKELSTEIN, 2000, p. 32)

O escritor israelense Boas Evron classifica a indústria do Holocausto como sendo uma doutrina oficial de propaganda, um maciço de slogans e uma visão falsa do mundo, tendo como grande objetivo fazer a manipulação do presente e não buscar compreender o passado (1983 apud Finkelstein, 2000). Esse Holocausto possui dois dogmas de sustentação: o Holocausto marca um acontecimento histórico único e marca o clímax do ódio irracional e eterno dos não- judeus pelos judeus (FINKELSTEIN, 2000).

Sobre o Holocausto ser um acontecimento histórico único é que os sionistas buscaram colocar esse fato histórico como sendo prejudicial apenas para os judeus, mas na verdade esse acontecimento envolveu outras etnias, raças e até a questão da sexualidade (FINKELSTEIN, 2000).

A justificativa dos “idealizadores” do Holocausto em colocar esse evento como sendo o clímax do ódio irracional e eterno dos não- judeus pelos judeus, baseia-se na ideologia de que os judeus morreram porque todos os não- judeus, fossem eles colaboradores criminosos ou passivos, queriam que eles morressem (FINKELSTEIN, 2000). Porém, não há qualquer prova histórica sobre o impulso assassino dos não- judeus. Finkelstein (2000) argumenta que esse dogma serve tanto para justificar a necessidade de um Estado judeu quanto para se beneficiar com a hostilidade dirigida a Israel. Além disso, fornece grande autoridade a Israel, dando direito a esse Estado de se proteger ao menor ataque, tornando agressões e torturas por parte desse país como sendo legítima defesa (seguindo a premissa de que todos os não- judeus querem matar os judeus), de acordo com Boas Evron (1995 apud Finkelstein, 2000), esse dogma, também vai ser útil para perdoar antecipadamente qualquer tratamento desumano aos não- judeus, já que todos colaboraram com os nazistas na destruição dos judeus.

Com relação aos judeus americanos, esse novo anti- semitismo fabricado conseguiu promover Israel a último refúgio, caso eles precisassem de um e também o forte apelo das organizações judaicas americanas para levantar fundos contra o anti- semitismo ficou bem mais receptivo (FINKELSTEIN, 2000). Dessa forma, segundo Finkelstein (2000), ao agir para defender seus interesses de classes e de corporações, as elites judaicas acabaram classificando toda a sua oposição como sendo anti- semita, passando o Holocausto a representar um perigo dentro da disputa ideológica entre estes judeus e seus opositores.

Em seu livro “A indústria do Holocausto” (2000) o autor afirma:

Além disso, a rede do Holocausto conceituou o anti- semitismo como uma estrita aversão irracional dos não- judeus pelos judeus. Impediu a possibilidade de que a má- vontade em relação aos judeus pudesse se basear num verdadeiro conflito de interesses [...] Invocar o Holocausto foi, portanto, um estratagema vantajoso para desmoralizar toda crítica aos judeus: esta crítica só poderia nascer de um ódio patológico. (FINKELSTEIN, 2000, p. 32)

3.2 A consolidação do lobby israelense

Durante esse período histórico retratado houve um grande crescimento, uma ascensão de riquezas, um aumento da influência e, praticamente, a consolidação do grande motivo pelo qual os E.U.A. começaram a fornecer, e fornecem até hoje, um apoio incondicional seja em nível econômico, militar e até diplomático para o Estado de Israel, o lobby israelense nos Estados Unidos (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Essa evolução e consolidação do lobby israelense aconteceu devido a guerra dos seis dias, foi após esse conflito que os judeus americanos se “agitaram” devido a demonstração da força e da capacidade de alto proteção demonstrado pelos israelenses nesta guerra, combatendo o anti- semitismo, que era fomentado pelas lembranças do holocausto (1990 apud MEARSHEIMER; WALT, 2007). Dessa forma, houve uma redução da discriminação envolvendo israelenses, o Estado de Israel começou a ser visto como algo central para os judeus, e os judeus americanos começaram a buscar demonstrar essa ideia na política ((MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Outro fator para esse lobby originado do movimento sionista (como foi relatado no capítulo anterior) consolidar- se e tornar- se tão efetivo dentro do território norte-americano foi o fato de o sistema político desse país ser bem aberto (MEARSHEIMER; WALT, 2007). John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt explicam na obra “The Israel Lobby and U.S. foreign policy” (2007):

Os Estados Unidos possuem uma forma dividida de governo, uma tradição de livre discurso bem estabelecida, e um sistema no qual as eleições

são muito caras e as contribuições para essas campanhas são fracamente regulamentadas. Esse ambiente fornece muitos caminhos para muitos grupos diferentes ganharem acesso ou influência na política. (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 140)

Através desses acessos e influências sobre políticos, o lobby israelense age através de duas grandes frentes que foram citadas no capítulo das origens das relações entre Israel e Estados Unidos: promover o “lobby” de representantes eleitos do poder executivo, fazendo com que tais representantes direcionem suas ações políticas em favor das ideias e planejamento de quem promove o lobby. E, além disso, buscar moldar a opinião pública em seu favor (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

De acordo com o historiador David Biale, o lobby israelense tornou-se um dos mais efetivos, dentre os diversos lobbys, no Congresso norte-americano desde a Guerra dos Seis Dias (1986 apud MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Os judeus americanos foram também grandes responsáveis pela consolidação do lobby israelense. Grande parte desses judeus são relativamente prósperos e bem educados, e acima de tudo, possuem grande tradição filantrópica (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Dessa forma, fornecem grande suporte aos partidos políticos e participam ativamente da política norte-americana. Soma-se a esses fatores: o alto nível de recursos provindos da maior parte das organizações judaicas americanas para o lobby, a força dessas organizações para construir mobilizações nacionais e, obviamente, o comprometimento com Israel (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

De acordo com Mearsheimer e Walt (2007), aliado ao sistema político e ao comportamento dos judeus americanos está a construção de uma imagem, em grande parte das situações, favorável ao Estado israelense, um dos grandes objetivos alcançados pelo lobby israelense, que serviu para consolidá-lo. Essa boa imagem de Israel interliga-se com um “princípio” deste lobby que é a ideia de Israel e Estados Unidos fazerem parte de uma cultura judaica-cristã comum.

E para finalizar os elementos consolidadores do lobby israelense nos Estados Unidos e, conseqüentemente, do histórico de relações entre Israel e Estados Unidos, está o benefício deste grupo judaico não enfrentar uma efetiva oposição, principalmente pelo fato de que os árabes americanos são uma minoria nos Estados Unidos e não conseguiram ocupar posições de destaque nem na sociedade e muito menos na política (o oposto do lobby de Israel), já que a imigração dos árabes para a América é algo recente e eles ainda não se adaptaram ao modo de vida norte-americano. Sendo assim, a oposição dos Árabes contra o lobby não foi formada devido à falta de poder influenciador desse povo nos E.U.A. (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Nas palavras de Mearsheimer e Walt (2007):

Organizações pró- árabes, em quase todas as situações, não são páreas para a maioria dos grupos que promovem o lobby israelense. Existe um punhado de grupos de interesse pro- árabes e pro- palestinos nos Estados Unidos, mas eles são menores do que a AIPAC e outras organizações pro- Israel, não tão bem financiadas, e longe de ser eficaz. (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 141)

Estruturando- se com base nos elementos citados anteriormente, os grupos e os indivíduos que formam este lobby conseguem exercer influência significativa na política em Washington (MEARSHEIMER; WALT, 2007). De acordo com o autor Paul Findley na sua obra “They dare to speak out: People and institutions confront Israel’s lobby” (2003), a pressão exercida pelo lobby na casa branca é exercida em vários níveis, desde os diplomatas israelenses que através de relacionamentos conseguem contatos diretos com o presidente, até chegar ao nível de pressão promovida dentro dos departamentos do governo norte- americano (Conselho de segurança Nacional, Departamento de Defesa e Departamento de Estado) através de oficiais israelenses e grupos de americanos que são a favor de Israel, que pedem constantemente para apresentarem seus planejamentos nos gabinetes dos oficiais ou dos principais deputados.

E essa estrutura também permitiu a elaboração de um discurso favorável a Israel (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Através de alguns grupos que formam o lobby, citados nos elementos que consolidaram esse lobby, marginaliza- se qualquer pessoa que critica a política de Israel ou venha a questionar a relação especial entre os Estados de Israel e os E.U.A.. Dessa maneira, estes grupos buscam retirar qualquer crítico ou qualquer crítica da mídia ou da arena pública que envolvam Israel, acusando o indivíduo que promoveu a crítica de ser anti- Israel ou anti- semita (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 168).

3.3 A AIPAC

Desses vários grupos e organizações judaicas que incluem política externa em seus planejamentos centrais, a AIPAC é claramente a mais importante e a mais conhecida (MEARSHEIMER; WALT, 2007), como será visto mais adiante. Essa

organização foi fundada em 1959. O seu fundador foi I. L. “Si” Kenen, que era o mandatário do Conselho Sionista Americano (um dos grupos formadores do lobby) em 1951. Kenen transformou esse grupo no Comitê Sionista Americano para Relações Públicas na passagem do ano de 1953 para 1954. No ano de 1959 o mandatário colocou o nome de AIPAC nesse comitê. A AIPAC geralmente segue as regras de Kenen, a regra principal é posicionar-se “atrás” da legislação, mantendo-se em “low profile”, ou seja, sem grande destaque público, trabalhando nos bastidores. (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Da sua fundação (1959) até o ano de 1967, a AIPAC obtinha um papel mais modesto na política norte-americana. Então, a partir do ano da guerra dos seis dias, quando a ajuda norte-americana ao Estado israelense começou a exceder as contribuições providas de capital privado, os grupos presentes nos E.U.A. que eram a favor de Israel focaram em atividades políticas, com o objetivo de preservar e até aumentar essas contribuições fornecidas pelos Estados Unidos a Israel (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Nessa perspectiva política, a AIPAC, em conjunto com a Conferência de Presidentes, assumiu a responsabilidade de praticar o lobby, principalmente na área política, em favor de Israel. A necessidade de ajuda política por parte dos israelenses fez com que a AIPAC e esta outra organização alcançassem a notoriedade na década de setenta e oitenta do século passado, possuindo até hoje esse destaque (1995 apud MEARSHEIMER; WALT, 2007). Tal notoriedade fez com que seu orçamento anual, composto de doações privadas, passasse de trezentos mil dólares em 1973 para quarenta a sessenta milhões de dólares atualmente, além de transformá-la em uma massiva organização com mais de cento e cinquenta empregados. Morris Amitay, substituto de I. L. “Si” Kenen no cargo de diretor executivo da AIPAC no ano de 1975, afirmou que a ação política era o meio principal de ajuda a Israel (MEARSHEIMER; WALT, 2007). De acordo com o autor Warren Bass, a AIPAC tornou-se a casa de força de Washington a partir de 1980 (2004 apud MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Por esses motivos vistos anteriormente, a AIPAC é a possuidora da grande influência do lobby israelense dentro do Congresso dos Estados Unidos da América, fato que é reconhecido pelos políticos tanto do partido democrata quanto do partido republicano. Esse sucesso da AIPAC na área política dos Estados Unidos advém, principalmente, do seu sistema de recompensas aos legisladores e aos candidatos a membro do Congresso que apoiam seus objetivos e suas ideias, ajudam esse grupo na sua “agenda”. E também é proveniente da punição que concede aos não apoiadores dessa “agenda” (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

No livro “The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy” (2007), os autores John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt explicam a importância das recompensas fornecidas pela AIPAC:

Dinheiro é algo crítico nas eleições dos E.U.A., as quais tornaram-se cada vez mais caras para se vencer, e a AIPAC garante que seus aliados tenham suporte financeiro desde que eles não se devanciem da linha da AIPAC. (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 154)

Esse processo de recompensas funciona, basicamente, através de duas frentes: a primeira frente é a AIPAC promovendo uma associação entre os candidatos a cargos políticos e doadores ou fontes de fundos para a campanha eleitoral, além de fornecer informações sobre os candidatos para os outros grupos pro- Israel. Essa organização não é um comitê de ação política, sendo assim, não apoia candidatos de forma oficial e, muito menos, fornece dinheiro de forma direta para suas eleições (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Em 2006, o presidente da AIPAC naquela época, Howard Friedman, comentou que essa organização organizava encontros com todos os candidatos a cargos no congresso, e esses candidatos eram perguntados até sobre seus posicionamentos sobre a relação entre Estados Unidos e Israel. (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Paul Findler na sua obra “They dare to speak out”: People and Institutions confront Israel’s lobby” (2003) tece um comentário sobre uma das grandes diferenças da AIPAC em relação a outros membros de lobbies:

AIPAC diferencia-se da maioria dos lobbies porque ela evita endossar candidatos publicamente e não junta ou gasta dinheiro diretamente para campanhas partidárias. Envolvimento em campanhas é deixado oficialmente para indivíduos privados e comitês de ação política. Mais de três mil comitês de ação política são registrados sob a lei federal, e a maioria é claramente a lobbies com interesses especiais. (FINDLEY, 2003, p. 44)

E a segunda frente são os membros da AIPAC, ou seja, aqueles que bancam essa organização e que geralmente são seus diretores, eles concedem, dos seus próprios bolsos, muitas contribuições políticas, no período entre os anos de 1997 até o ano de 2001 os diretores da AIPAC forneceram mais de três milhões de dólares em contribuições para campanhas políticas (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

A punição concedida aos candidatos que são vistos como não apoiadores de Israel é saber que os seus oponentes serão fortemente apoiados pela AIPAC, a qual garante, no mínimo, grande suporte financeiro para seus candidatos, como foi retratado anteriormente. (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Existem casos conhecidos de derrotas de candidatos, vistos por esta organização como opostos a sua “agenda”, nas eleições do Congresso devido ao suporte indireto da AIPAC aos outros candidatos, como, por exemplo, as derrotas da candidata Cynthia McKinney em 2002 e também em 2006. E na derrota de Paul Findley em 1982, quando o ex- presidente da AIPAC Robert Asher recrutou Richard Durbin. Na sua campanha, Durbin recebeu mais de cento e quatro mil dólares de trinta e um diferentes comitês de ação política pró- israelenses (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Thomas A. Dine, atual chefe executivo da Comunidade Federativa Judaica de São Francisco e que já exerceu o cargo de diretor executivo da AIPAC, comentou, após as eleições de 1982, que é por causa da AIPAC que os judeus americanos são capazes de estabelecer seu próprio planejamento de política externa (FINDLEY, 2003). Esta organização que forma o lobby israelense convenceu o congresso dos Estados Unidos que ela representa todos os judeus que podem votar nas eleições (FINDLEY, 2003).

Quando a AIPAC bloqueou mais de um bilhão de dólares em armas vendidas a Jordania, o rei desse Estado na época, Hussein, comentou que os Estados Unidos tinham sua movimentação limitada pela AIPAC, pelo movimento Sionista e pelo Estado de Israel (FINDLEY, 2003).

No ano de 2001, a AIPAC foi a grande responsável pela aprovação da legislação de ajuda externa norte- americana no valor que passava a casa dos quinze bilhões de dólares (FINDLEY, 2003). Segundo Jack Straw, membro do parlamento britânico e ex- secretário de Relações Exteriores do Partido Trabalhista Britânico, a AIPAC juntamente com os outros grupos políticos que formam o lobby israelense funcionam, sem limites de fundos, com o objetivo de desviar a política dos norte- americanos no Oriente Médio para seus interesses (PETRAS, 2014).

O ex- presidente dos Estados Unidos Bill Clinton descreveu a AIPAC como sendo a melhor organização que promovia lobby na cidade de Washington e a caracterizou como sendo incrivelmente eficaz (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Após essa exposição sobre a grande influência, no histórico de relações entre Estados Unidos e Israel, do lobby israelense dentro dos Estados Unidos da América, da indústria do holocausto e também da AIPAC nesse país. A partir do parágrafo seguinte será demonstrada a interferência desses três elementos anteriores e dos outros elementos

do lobby israelense descritos nos capítulo anterior na relação entre os presidentes dos Estados Unidos, do presidente Lyndon B. Johnson até o presidente George W. Bush.

3.4 Os presidentes e a influência do lobby israelense

No período da Guerra dos Seis Dias (1967) quem comandava os Estados Unidos era o presidente Lyndon B. Johnson (governou os E.U.A. de 1963 até o ano de 1967), esse presidente possuía grande simpatia por Israel, o qual ele caracterizava como Estado oprimido, e, dessa forma, exerceu grande responsabilidade pelo suprimento das demandas dos israelenses e do lobby israelense nos Estados Unidos naquele tempo (FINDLEY, 2003).

Além da visão amigável do presidente Johnson pelo Estado israelense, havia indivíduos possuidores de grande influência na política norte- americana e que eram muito próximos a Israel, alguns deles eram: Abraham Feinberg, os irmãos Arthur Krim e Mathilde Krim (os três de Nova Iorque), esses irmãos Krim costumavam trabalhar com Walt Rostow que era conselheiro de segurança nacional de Lyndon Johnson, Eugene Rostow que era a assistente secretária de Estado para assuntos políticos, Arthur Goldberg que exercia o cargo de embaixador dos E.U.A. nas Nações Unidas e o influente Philip Klutznick de Chicago. (FINDLEY, 2003).

No fim do ano de 1966, Klutznick enviou uma carta para Feinberg com o objetivo de se melhorar as relações entre Johnson e a comunidade judaica dos Estados Unidos. Nessa época o presidente Johnson necessitava de apoio público para a guerra no sudoeste da Ásia, enquanto que os judeus precisavam de uma “promessa” dos E.U.A., essa promessa seria ajudar Israel em uma futura crise. Com os dois lados precisando de suporte um do outro, a ajuda recíproca aumentou em demasia, facilitou- se a troca de armamentos militares entre os Estados e a disponibilidade de crédito oferecida a Israel pelos norte- americanos cresceu ainda mais (FINDLEY, 2003).

Com essa ajuda mútua e muito bem estabelecida entre esses dois Estados, quando Israel entrou em guerra contra o Egito, o presidente Lyndon Johnson resolveu não interferir nas ações de Israel, pelo contrário, o governante norte- americano resolveu prestar um forte apoio aos militares israelenses, e o Estado que fosse contra as ações israelenses e tentasse impor sanções contra esse país judeu na O.N.U., sofreria forte oposição dos Estados Unidos dentro desta organização (FINDLEY, 2003). No dia do ataque de Israel aos egípcios, Walter Rostow falou para o presidente Johnson que havia

um grande arsenal belico pronto para ser despachado no país israelense, quem passou essa mensagem para Rostow foi o influente Arthur Krim de Nova Iorque (FINDLEY, 2003, p. 125).

Além desse forte apoio militar na guerra de 1967, o presidente Johnson aprovou um pedido Israelense que não vinha sendo aceito desde os tempos do presidente Eisenhower, o pedido era o seguinte: depois da guerra árabe- israelense, Israel só iria devolver o território que ocupou após essa batalha, quando os Estados árabes firmassem um acordo de convivência pacífica com Israel. Essa demanda serviria para Israel utilizar a área dos países árabes que ocupou, como moeda de troca para o seu reconhecimento internacional por parte dos Árabes (FINDLEY, 2003).

Esse pedido por parte do Estado judeu foi aceito sem discussões ou debates pelo Presidente Lyndon Johnson no Conselho de Segurança Nacional e, desde sua aceitação, acabou mudando os rumos do Oriente Médio. Fato que demonstra o sucesso do lobby israelense no governo norte- americano, principalmente na Casa Branca (FINDLEY, 2003).

Após o Presidente Johnson deixar a presidencia, quem assumiu foi Richard M. Nixon no ano de 1968. De acordo com o que foi dito no capítulo anterior, Nixon foi um dos presidentes que mais forneceu ajuda financeira e militar ao Estado de Israel (FINDLEY, 2003), lembrando que entre os anos de 1968 ao ano de 1973 os empréstimos passaram de sessenta milhões de dólares para o valor de seicentos milhões de dólares (SAYIGH; SHLAIM, 1997). Essa ajuda foi tão intensa que esse presidente conseguiu sua reeleição com trinta e cinco por cento dos votos dos judeus em 1972, quando havia sido eleito em 1968 ele tinha alcançado apenas quinze por cento da preferencia dos judeus, demonstrando que conseguiu “conquistar” a confiança do povo judaico (FINDLEY, 2003).

No ano de 1973 quando eclodiu a chamada Guerra de Outubro, conflito no qual os países Árabes tentaram retomar suas terras conquistadas por Israel na guerra de 1967 (FINDLEY, 2003), Nixon defendeu ferozmente o Estado israelense, essa forte proteção ao país judeu foi representada pela doação a Israel, por parte dos norte- americanos, de mais de quatro bilhões de dólares em suporte militar no ano de 1974, a função desse suporte era recuperar Israel do conflito contra os Árabes (SAYIGH; SHLAIM, 1997, p. 166). Essa doação foi algo muito simbólico historicamente, porque marcou a primeira vez em que um suporte militar foi dado e não feito em forma de empréstimo como de costume (1975 apud SAYIGH E SHLAIM, 1997, p. 166).

Porém, mesmo com a criação dessa relação especial com Israel, Richard Nixon envolvia- se em confrontos e fricções com o Estado judaico (SAYIGH; SHLAIM,

1997), devido principalmente a não cooperação israelense no que se diz respeito a acordos para a resolução de problemas com os Estados Árabes vizinhos (FINDLEY, 2003). Um desses desentendimentos aconteceu no ano de 1969, quando Israel solicitou, primeiramente de maneira informal, cento e cinco aeronaves de guerra aos Estados Unidos. Os norte-americanos primeiramente não promoveram nenhuma resposta a esse pedido de armamentos militares, então, o primeiro ministro israelense da época chamado Golda Meir, na sua primeira visita a Washington exercendo tal cargo, fez um pedido formal aos E.U.A. para a concessão das aeronaves, esse pedido não foi aceito de imediato. (SAYIGH; SHLAIM, 1997). A aceitação de envio de aviões de guerra para os israelenses só veio a acontecer em 1970, quando o presidente dos E.U.A. observou que, devido as ações dos vietcongs no Camboja, um gigantesco conflito no Oriente Médio estava prestes a acontecer. Então Nixon perguntou ao primeiro ministro de Israel, Golda Meir, se na perspectiva política de Israel as tropas americanas não iriam se envolver em uma possível guerra no Oriente Médio, com a resposta positiva do primeiro ministro, o presidente Richard Nixon aprovou o envio de um montante de aviões de guerra provindos de um acordo firmado em 1968 (SAYIGH; SHLAIM, 1997).

Outra situação conflituosa entre esses dois Estados no governo Nixon, ocorreu quando o Secretário de Estado William Rogers revelou, em discurso público no mês de dezembro de 1969, seu planejamento para a consolidação de um acordo entre Israel e os países Árabes, basicamente esse acordo envolvia a devolução dos territórios ocupados por Israel em 1967 para os Árabes. Logicamente, a ideia do Secretário de Estado norte-americano foi refutada pelos israelenses, que anunciaram sua indisponibilidade para esse sacrifício no jogo político das grandes potências (SAYIGH; SHLAIM, 1997). William Rogers ainda foi repreendido por setenta e dois senadores através de uma carta quando, no ano de 1970, decidiu suspender o suporte bélico a Israel, os senadores argumentaram que tal decisão beneficiou a União Soviética (SAYIGH; SHLAIM, 1997).

No dia 22 de setembro de 1977, Henry Kissinger tornou-se Secretário de Estado do presidente Nixon. Ao analisarem a situação do relacionamento entre Israel e os Árabes, o presidente dos Estados Unidos e seu novo secretário compreenderam que não havia uma outra saída a não ser um campo de batalhas das negociações envolvendo Israel e os Estados Árabes, já que nenhum dos dois lados gostaria de sair perdendo nos possíveis acordos firmados os Árabes, por exemplo, não queriam perder de vez as terras tomadas deles pelos israelenses. Para evitar que Israel voltasse a atacar os Estados Árabes, os administradores norte-americanos resolveram atrasar os pedidos bélicos propostos pelos israelenses (SAYIGH; SHLAIM, 1997). Sendo assim, por diversas vezes o presidente Nixon ordenou que Kissinger suspendesse auxílios a Israel até que esse Estado tivesse uma maior disposição para cooperar nas negociações com os árabes. Três dias antes de renunciar a presidência, Richard M. Nixon deu ordens a Henry

Kissinger para que ele desaprovasse um acordo a longo prazo de assistência militar. Segundo Kissinger, o presidente cortaria todas as demandas militares de Israel até que esse Estado buscasse acordos de paz. O secretário de segurança chegou a prontificar os documentos para tal corte de assistencialismo, porém o presidente Nixon deixou de lado esse assunto. Kissinger chegou a afirmar em seus livros de memória que o sucessor do presidente que o tornou secretário de segurança iria ficar agradecido por tal atitude (FINDLEY, 2003).

Após o escândalo de “watergate” quem assumiu a presidência dos Estados Unidos no lugar de Richard M. Nixon foi o vice presidente Gerald Ford no ano de 1975. Esse novo presidente não tomou nenhuma providencia em relação aos papéis que Kissinger havia preparado para Nixon sobre o corte de apoio militar e econômico a Israel (FINDLEY, 2003).

Quando Ford assumiu a presidência, ainda existiam desconfianças na política devido ao escândalo de “watergate”, não havia perspectiva de uma recuperação proveniente de uma crise do petróleo e a Indochina estava sendo dominada pelos comunistas, dessa forma, o novo presidente americano resolveu colocar como grande objetivo do seu mandato um acordo de paz entre Israel e o Egito. O secretário de Estado Henry Kissinger apoiou totalmente essa decisão de Ford e resolveu fazer visitas aos dois países do Oriente Médio em fevereiro e março de 1975, nessa época Israel era comandado por Yitzhak Rabin e o Egito era guiado por Anwar Al Sadat (SAYIGH; SHLAIM).

O recém- instaurado governo de Rabin não queria permitir qualquer tipo de concessão aos egípcios, com a justificativa de que essas permissões abalariam as bases frágeis de seu Estado. Além disso, os israelenses esperavam do governo egipcio: o fim do boicote econômico a seu país, a passagem de produtos comerciais israelenses pelo Canal de Suez e a livre ida e vinda de indivíduos entre Israel e Egito (SAYIGH; SHLAIM, 1997). Porém, com o Egito não aceitando essas condições impostas pelos israelenses e o Estado de Israel não procurando vias para um acordo de paz entre esses países, o secretário Kissinger retornou para os Estados Unidos sem alcançar o objetivo buscado pelo governo Ford, a assinatura de um termo de paz (SAYIGH; SHLAIM, 1997).

O presidente Gerald Ford resolveu então pressionar Israel e, dessa maneira, anunciou que iria fazer uma reavaliação da relação entre os Estados Unidos e os israelenses ainda no ano de 1975 (FINDLEY, 2003), sendo assim, resolveu suspender o suporte na área econômica e na área militar, inclusive vetou um pacote de dois e meio bilhões de dólares para o Estado judeu e não deu prosseguimento a demanda de caças de guerra por parte desse país (SAYIGH; SHLAIM, 1997).

Após essa pressão e retirada de suporte do presidente Ford, o Estado de Israel juntamente com o lobby israelense nos Estados Unidos resolveram demonstrar sua força na política norte- americana. A primeira demonstração dessa força foi quando, devido à pressão organizada por esse lobby dentro do Senado americano, o presidente Ford teve que abandonar a sua reavaliação da relação entre os dois países, fazendo com que retornasse o apoio econômico e militar (FINDLEY, 2003). A segunda demonstração de influência aconteceu no dia 21 de maio de 1975, quando a AIPAC conseguiu a feitura de uma carta por parte de setenta e seis senadores para o presidente dos E.U.A., nessa carta dizia- se, basicamente, que os Estados Unidos eram responsáveis, também, pelas necessidades econômicas e militares de Israel, além de destacarem que um Estado israelense fortificado seria a melhor barreira contra a dominação do Oriente Médio por outros países (SAYIGH; SHLAIM, 1997). E a terceira demonstração de força israelense dentro da política americana aconteceu com o bloqueio, por iniciativa do Senado estadunidense, da venda de mísseis anti- aéreos norte- americanos para a Jordânia (SAYIGH; SHLAIM, 1997).

Apesar de Gerald Ford ter se retratado perante Israel e, dessa forma, ter desistido da suspensão de apoio militar e econômico a esse país, nas eleições de 1976, sessenta e oito por cento dos votos provindos de judeus foram para o democrata Jimmy Carter (FINDLEY, 2003).

O presidente Jimmy Carter sofreu grande influência do lobby israelense na sua gestão (governou de 1977 até o ano de 1981), principalmente na escolha do seu secretário de Estado. O preferido de Carter para assumir esse cargo no governo era George W. Ball, esse indivíduo já tinha assumido a vaga de secretário de Estado em dois governos anteriores, havia ocupado o cargo de embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas e era um dos executivos de uma das maiores firmas de investimento bancário em Manhattan (FINDLEY, 2003). Porém, ele era um crítico da forma como se davam as relações entre Israel e Estados Unidos, chegando a fazer um artigo em que afirmava a constuição de um lobby em Washington por parte dos líderes judaicos americanos, e que tal lobby trabalhava em total cooperação com a embaixada israelense. Ainda de acordo com Ball, os israelenses esperavam tanto pelo suporte dos norte- americanos a seu país, que desconsideravam os interesses próprios dos estadunidenses (FINDLEY, 2003). Dessa maneira, o lobby israelense acabou pressionando e influenciando o presidente Carter, e quem terminou sendo escolhido para o posto de secretário de Estado foi Cyrus Vance.

Em relação ao conflito político entre Israel e o Egito, na administração anterior a de Jimmy Carter, foram feitos acordos secretos com Israel, visando um possível acordo entre os israelenses e os egípcios, nesses acordos o governo dos Estados Unidos afirmava basicamente que daria, dentro das suas possibilidades e do apoio do

Congresso, um total apoio militar, defensivo e econômico para o Estado israelense, além disso, os E.U.A. também oferecerem vantagens para o Egito, como por exemplo, uma ajuda econômica a esse país, essa ajuda norte- americana tornou- se o maior suporte econômico a um país do terceiro mundo (SAYIGH; SHLAIM, 1997).

Mesmo com esse fornecimento de suporte dos Estados Unidos aos dois países que estavam sempre em discordância, as relações entre esses Estados tornaram- se pacíficas apenas no governo de Jimmy Carter no fim da década de setenta. Os grandes responsáveis por essa pacificação nas relações entre Israel e Egito foram os próprios governantes dessas regiões, o presidente egípcio Anwar Sadat e o primeiro ministro de Israel Menachem Begin. (SAYIGH; SHLAIM, 1997). Esse acordo entre tais governantes começou a ser gerado quando o presidente Carter buscou um acordo de paz entre Sadate e Begin através de um acordo multilateral e com o auxílio da União Soviética, dessa forma, no dia 1 de outubro de 1977, o secretário de Estado norte- americano Cyrus Vance e o ministro soviético de relações exteriores Andrei Gromyko propuseram uma chamada para uma nova Conferência de Genebra que aconteceria dois meses depois, visando a construção de estratégias para a formação do acordo de paz entre Egito e Israel (SAYIGH; SHLAIM, 1997).

No entanto, Anwar Sadat estava receoso sobre essa nova Conferência que iria acontecer em Genebra, assim como os israelenses, isso porque o presidente egípcio não queria que os interesses do seu país se tornassem reféns dos interesses dos outros países árabes, já que todos esses Estados árabes formariam uma única delegação na conferência. Outros fatores que não agradavam Anwar Sadat sobre essa tentativa de acordo pacífico guiado pelos E.U.A e pela U.R.S.S., era a fama de indeciso e de fraco do presidente Jimmy Carter nos países árabes, e a intermediação dos debates entre israelenses e egípcios pela União Soviética, pelo motivo do presidente egípcio caracterizar a U.R.S.S. como a força de destaque no Oriente Médio (SAYIGH; SHLAIM, 1997). Dessa forma, o presidente do Egito resolveu manter um contato direto com Israel, fazendo um encontro secreto em Rabat entre representantes desses dois países e fazendo uma viagem rápida a Jerusalém, fortalecendo o diálogo de paz entre israelenses e egípcios (SAYIGH; SHLAIM, 1997).

Esta tentativa de colocar os soviéticos como intermediadores de um tratado de paz entre Israel e o Egito foi um dos grandes motivos do insucesso da tentativa de reeleição do presidente Jimmy Carter em 1981, já que a comunidade judaica dos Estados Unidos opôs- se ferozmente a essa decisão do presidente norte- americano. Esses judeus consideravam tal ato decisório como sendo anti- israelense e anti- semita. E mesmo depois que Carter desistiu dessa união com a U.R.S.S. devido à pressão da comunidade judaica articulada através do lobby, muitos judeus deixaram de votar nele nas eleições de 1980 (FINDLEY, 2003).

O lobby abandonou, em 1979, Jimmy Carter e passou a apoiar o seu sucessor, o presidente Ronald Reagan, principalmente por causa da influência do Sionismo (FELTON, 2010). A consequência dessa troca de candidato foi que, na eleição no ano de 1980, Reagan recebeu quarenta por cento dos votos dos judeus, a maior quantidade de votos judaicos atingida por um presidente republicano (FINDLEY, 2003).

No início do seu mandato Ronald Reagan não estava muito preocupado com os assuntos internacionais, porém acabou sendo obrigado a manter relações com Israel (FELTON, 2010). O primeiro contato direto entre o governo de Ronald Reagan e os israelenses foi no mês de junho de 1981, quando Israel utilizou caças militares norte-americanos para bombardear o reator nuclear Osirik localizado no Iraque. A ação foi um claro descumprimento do acordo de armamentos envolvendo os E.U.A. e o próprio Estado israelense, nesse acordo Israel só poderia utilizar armamentos norte-americanos para defender-se de perigos eminentes. Por causa de tal infração, o presidente Reagan enviou um protesto ao mandatário israelense Begin (FELTON, 2010). O governante de Israel justificou o bombardeio através de um paralelo com o holocausto, afirmando que as crianças de Israel estavam sofrendo efeitos da radiação do reator iraquiano, da mesma forma que mais de um milhão de crianças foram envenenadas com gás no holocausto. Em setembro daquele mesmo ano do bombardeio, Begin visitou Ronald Reagan nos Estados Unidos e os dois líderes assinaram um acordo de cooperação estratégica entre seus Estados, sendo mais apropriado analisar como um acordo de cooptação de Israel para com os norte-americanos (FELTON, 2010).

O segundo caso envolvendo Estados Unidos e Israel durante a presidência de Ronald Reagan aconteceu no ano de 1982. O presidente estadunidense fez um discurso no dia primeiro de setembro deste ano, durante sua explanação ele apoiou a liberdade dos palestinos na faixa de Gaza e em West Bank, a criação de um governo na Palestina e a não criação de mais assentamentos naquela região (FELTON, 2010). Passados quatro dias do discurso de Reagan, o Estado israelense anunciou um gasto superior a dezoito milhões de dólares para a construção de novos assentamentos e o mandatário Begin escreveu uma carta para o presidente dos Estados Unidos, no conteúdo desse documento, Begin reclamava das declarações do governante norte-americano sobre a Palestina tornar-se uma nação independente (FELTON, 2010).

A terceira situação de maior destaque aconteceu quando Israel invadiu o Líbano no dia seis de junho de 1982. Inicialmente, a justificativa israelense para essa invasão foi a seguinte: forçar a parada dos ataques da Organização da Libertação Palestina (PLO sigla em inglês para Palestinian Liberation Organization). Porém, Begin demonstrou que a real intenção de Israel seria expulsar a PLO do Líbano quando as forças militares israelenses tomaram a cidade de Beirute (FELTON, 2010). Na metade do mês de junho daquele ano, Israel promoveu um bombardeio, utilizando armamentos norte-

americanos, às vizinhanças civis de Beirute que durou cerca de dois meses. Mais de quatro mil pessoas foram mortas e um número imensurável de indivíduos ficaram feridos. Quando o presidente Reagan observou imagens e analisou relatórios desse ataque, tentou rever as relações entre seu Estado e os israelenses. A resposta do primeiro ministro Begin para essa reflexão de Ronald Reagan baseou-se novamente no holocausto nazista, afirmando que a sua geração não iria permitir que o Estado judeu e os próprios judeus fossem destruídos, como aconteceu durante o governo de Hitler, colocando o presidente dos E.U.A. em seu devido lugar na relação entre seus países (FELTON, 2010).

Além do bombardeio a cidade de Beirute, Israel ainda permitiu, no mês de setembro de 1982, que mais de dois mil refugiados palestinos fossem mortos nos campos de refugiados de Sabra e Shatila, tal chacina caracterizou-se como um dos maiores crimes de guerra pós- Segunda Guerra Mundial. Após essa matança, o presidente Reagan enviou mil e duzentos soldados que formariam uma força não combatente multinacional cujo objetivo era trazer a paz para o Líbano, principalmente através de ajuda humanitária aos libaneses, contudo, em 1983, Ronald Reagan mudou as ações humanitárias para apenas combate armado defensivo (FELTON, 2010). Mesmo com essa investida de soldados norte- americanos em território libanês, os israelenses não queriam sair daquela região e muito menos gostariam que os E.U.A. intervissem no aniquilamento da resistência palestina (FELTON, 2010).

De acordo com o autor Greg Felton em seu livro “The Host & The Parasite” (2010): “Reagan, como Carter, fundamentalmente não entenderam o papel dos Estados Unidos no Oriente Médio. Não era para criar a paz, mas ajudar Israel a travar agressões desenfreadas.” (FELTON, 2010).

Visando sua reeleição em 1984, Reagan buscou alcançar novamente os votos dos judeus, que tinham caído praticamente pela metade, por isso ele não estava em uma posição de promessas, e sim em uma posição de promover ações. Seu planejamento era aproximar-se mais do lobby israelense enquanto tentava manter sob controle a crise no Oriente Médio (FINDLEY, 2003). Dessa forma, em dezembro de 1983, o presidente norte- americano anunciou que todas as futuras ajudas aos israelenses seriam feitas na forma de concessões, ou seja, não precisaria o Estado de Israel pagar por suportes fornecidos pelos E.U.A. como era feito até aquele momento. Além disso, ele forneceu duzentos e cinquenta milhões de dólares para o financiamento de um novo plano de guerra do país judaico (as firmas de aviões de guerra do próprio Estados Unidos não recebiam um benefício desses), o presidente norte- americano também todas as tarifas de acesso ao seu país por parte de Israel (tornando os israelenses a única nação no mundo a ter acesso livre a comunidade europeia e aos Estados Unidos) e, por fim, para aumentar seu prestígio perante o lobby israelense, Ronald Reagan não atendeu a dois

pedidos do rei da Jordânia Hussein ibn Talal, foram eles: pressionar os israelenses à deixarem que os palestinos vivessem no West Bank e na faixa de Gaza, atendendo uma decisão do Conselho Nacional Palestino e apoiar uma resolução da ONU que declararia como ilegal os assentamentos que Israel no território Árabe ocupado (FINDLEY, 2003). O rei da Jordânia chegou a declarar que os norte-americanos estavam sucumbindo aos israelenses e que, dessa forma, ele não previa avanços na questão palestina (FINDLEY, 2003).

Com todas essas ações e tomadas de decisões demonstradas no parágrafo anterior, o presidente Reagan foi celebrado pelo lobby, e o jornal da AIPAC publicou que o governante norte-americano ganhou a gratidão das pessoas que apoiavam a relação entre E.U.A. e Israel. Ronald Reagan foi reeleito com trinta e um por cento dos votos do povo judeu americano (FINDLEY, 2003).

George H. W. Bush sucedeu Reagan no cargo de presidente dos Estados Unidos no ano de 1988 (FINDLEY, 2003). O novo governante recebeu menos votos do que Ronald Reagan e em 1990, Bush se envolveu em uma situação muito conflituosa com o lobby israelense, o mandatário negou o pedido israelense de um bilhão de dólares em doações e empréstimos ao seu país. Esse dinheiro teria a finalidade de financiar os assentamentos nos territórios ocupados, além de pagar os judeus soviéticos das regiões ocupadas, financiamentos e pagamentos que seriam graves violações de leis internacionais. O presidente justificou seu veto à demanda de Israel afirmando que não deveria haver novos assentamentos em West Bank e no leste de Jerusalém (FINDLEY, 2003).

Mais de um ano depois dessa tomada de decisão de Bush e de muitas críticas ao governante e sua estratégia política, os israelenses pediram dez bilhões de dólares emprestados, visando novamente à construção e o desenvolvimento de assentamentos (FINDLEY, 2003). Visando um plano de paz para as relações árabe-israelenses em uma conferência em Madrid, o presidente norte-americano pediu ao seu Congresso que atrasasse as garantias de empréstimo por cerca de quatro meses. Quando veio a público esse pedido de Bush, mais de mil componentes do lobby israelense tomaram conta do Capitólio pedindo, basicamente, a dispensa da necessidade de garantias. O Congresso obviamente levou a sério o pedido desses indivíduos, sendo assim, o presidente dos E.U.A. temendo perder seu papel de autoridade e ver afundar seu planejamento de paz entre os árabes e o Estado de Israel, ele declarou que enquanto tinham cerca de mil lobistas tentando aprovar o empréstimo sem suas garantias, existia apenas um homem que era contrário a essa aprovação (FINDLEY, 2003).

Após essa declaração, os congressistas notaram que o seu presidente estava querendo realmente atrasar as garantias de empréstimo, eles atenderam ao pedido de

Bush e aprovaram o adiamento. Obviamente, os judeus norte-americanos passaram a tratar o presidente dos Estados Unidos como sendo um anti-semita após a decisão do Congresso. (FINDLEY, 2003). Fato relevante é que foram feitas pesquisas nessa época, e elas concluíram que cerca de oitenta por cento do público americano apoiou esse caminho escolhido por Bush nas relações entre E.U.A. e Israel, tal dado pesquisatório foi levado em bastante consideração pelos membros do Congresso (FINDLEY, 2003).

George Bush até chegou a se desculpar por sua declaração e pelo adiamento das garantias de empréstimo, porém nem todos da comunidade judaica americana aceitaram tal pedido de desculpas, trazendo, dessa maneira, a perda de votos por parte de judeus. E quando o presidente Bush cedeu a grande pressão e terminou concedendo as garantias de empréstimo certo tempo depois, ele terminou perdendo certa quantidade de votos dos opositores das ações israelenses (FINDLEY, 2003).

Mesmo com o apoio fornecido aos israelenses em outubro de 1991, ao deixar de promover sanções ao Estado de Israel quando esse país, de acordo com a própria força de inteligência norte-americana, exportou peças de mísseis para a África do Sul, o presidente George Bush não conseguiu destruir, da memória dos apoiadores de Israel nos Estados Unidos, seus atos anteriores opostos aos israelenses (FINDLEY, 2003).

Quando George W. Bush, o filho de George H. W. Bush, estava na presidência, ele declarou que seu pai cometeu um erro político ao tentar conter um suporte estadunidense a Israel, e esse erro ajudou bastante no seu insucesso ao tentar se reeleger (FINDLEY, 2003).

Para o autor Paul Findley em sua obra “They dare to speak out: People and Institutions confront Israel’s lobby” (2003):

Foi uma lição tão bem aprendida pelos políticos americanos, que nenhum presidente norte-americano, desde esse fato, ameaçou abertamente, conter fundos para assegurar o cumprimento da lei internacional por parte de Israel (FINDLEY, 2003, p. 146).

O presidente Bill Clinton, eleito em 1992 e reeleito no ano de 1997, reforçou o poder dos judeus nos Estados Unidos. Esse reforço ficou evidente quando noventa por cento dos cargos federais eram ocupados por judeus em seu governo.

No dia treze de setembro de 1993, Clinton estava na presença de Yasser Arafat, líder da autoridade Palestina e da Organização para a Libertação da Palestina, e do primeiro ministro israelense Yitzhak Rabin para a assinatura do processo de paz de Oslo, tal processo duraria cinco anos, durante esses anos os militares de Israel deixariam os

territórios árabes ocupados e ao final desse período temporal um acordo seria assinado (Felton, 2010). O líder palestino estava otimista com esse processo de paz porque Begin prometeu que pararia a construção de novos assentamentos e ficaria atento a mudanças no status quo no West Bank e na Faixa de Gaza. Além disso, o processo de paz de Oslo representaria o reconhecimento da Organização Libertadora Palestina como sendo a representante do povo palestino e uma parceira nas negociações com Israel por parte de Rabin (Felton, 2010).

O ambiente pacífico entre árabes e israelenses teve seu clímax com a entrega do Nobel da Paz para Arafat, Rabin e Shimon Peres (ministro das relações exteriores de Israel) em outubro de 1994. Todavia, no dia quatro de novembro do ano de 1995 um fanático judeu matou o primeiro ministro Rabin na cidade de Tel Aviv (Felton, 2010). Depois desse acontecimento a perspectiva de uma convivência pacífica entre palestinos e israelenses praticamente tornou-se nula já que quem assumiu o poder de Israel após seis meses de um governo provisório comandado por Shimon Peres, foi Benjamin Netanyahu através de uma unidade governamental formada pelo Likud e pelo Labor³, esse novo mandatário buscou de todas as formas sabotar o processo de paz de Oslo (Felton, 2010).

De acordo com o autor Greg Felton (2010), Rabin ficou na memória das pessoas como sendo um proclamador da paz, porém, ele não deve receber tal título, isso porque ele aderiu ao processo de paz de Oslo para conseguir parar com a intifada (revolta espontânea na Faixa de Gaza contra a ocupação de Israel naquela região, iniciou-se no ano de 1987) e não com o intuito de apenas proclamar a paz entre palestinos e Israel, dessa forma, Rabin foi obrigado a reconhecer a OPL, já que suas ordens para que fosse aumentada a violência dos seus militares contra os palestinos em 1988 não obteve sucesso. O processo de Oslo foi uma estratégia construída por Israel e pelos Estados Unidos que tinham como focos desarmar os palestinos e conseguir a legitimação das terras árabes tomadas pelos Sionistas (Felton, 2010).

Através da assinatura da Declaração dos Princípios⁴ os israelenses passaram a desrespeitar o processo de paz de Oslo. Dessa maneira, de 1992 até aproximadamente o ano de 1996, o assentamento de West Bank sofreu um crescimento de quase quarenta por cento em sua população, chegando a comportar por volta de cento e quarenta e cinco mil pessoas, não satisfeito com a estrutura desse assentamento, o governo preparava novas estradas e vias com o objetivo de anexar o assentamento existente com

³ Likud e Labor- partidos políticos de Israel (FELTON, 2010)

⁴ Série de acordos firmados entre Israel e a Palestina, com o auxílio dos Estados Unidos (FELTON, 2010)

novos blocos de assentamentos que seriam construídos em breve (Felton, 2010). Enquanto que no leste de Jerusalém a população judaica obteve um crescimento de oitocentos por cento, chegando ao patamar de número cento e setenta mil, além de Rabin e Peres violarem leis internacionais e princípios do processo de Oslo com a reafirmação de que anexaram o leste de Jerusalém ao território de Israel. E desde 1993 os israelenses adotaram uma postura de regime fechado nos territórios ocupados, continuando também com a destruição de residências árabes através do argumento que essas casas seriam ilegais. Todos esses fatos anteriores apontam para uma falsidade nas promessas feitas por Rabin e seus apoiadores no acordo de Oslo (Felton, 2010).

O apoio do presidente Bill Clinton aos israelenses era tão intenso que no ano de 1996, Shimon Peres deu a seguinte declaração que foi exposta pelo autor Greg Felton em seu livro “The Host & The Parasite” (2010): “Nós exaurimos as nossas demandas. Presidente Clinton supriu todas as nossas necessidades. Não existiu na história um presidente americano como o Presidente Clinton, no seu suporte a Israel e ao povo judeu.” (AL- MAENA , 1997, apud FELTON, 2010, p. 149).

Retornando ao governo de Netanyahu e as suas ligações com o governo norte-americano, esse governante recebeu do lobby israelense, nesse mesmo ano de 1996, um documento denominado “Clean Break” que foi preparado pelo “Study Group on a New Israeli Strategy Toward 2000” no Instituto de Estratégias Avançadas e Estudos Políticos, um “think thank” que possuía instalações na capital dos E.U.A. e em Jerusalém (Felton, 2010). O “Clean Break” referia-se a busca pela quebra do modelo utilizado pelos Sionistas, o chamado sionismo trabalhista, que na visão dos autores deste documento, atrapalhava a economia israelense e dificultava a expressão de soberania nacional por parte desse país. Com relação ao governo de Bill Clinton, o “Clean Break” demonstrou formas de se acabar com a paz de Oslo, que foi intermediada pelo presidente norte-americano. Este documento criado por integrantes do lobby israelense nos E.U.A. destacou trechos de textos cujo teor poderia ser aproveitado por Netanyahu (Felton, 2010).

O documento “Clean Break” pode ser dividido em quatro partes: uma nova abordagem da paz, a paz não era algo negociável, ela deveria ser imposta independentemente das necessidades palestinas, algo similar foi idealizado por Hitler antes da Segunda Grande Guerra; mudar para uma estratégia tradicional de balanço de poder, Israel gostaria de transformar as relações de poder no Oriente Médio; mudar a natureza das relações com os palestinos, os palestinos deveriam subordinar-se as ordens israelenses, tornando difícil o cumprimento do acordo de Oslo; e a construção de uma nova relação entre E.U.A. e Israel, nessa nova relação buscava-se, na teoria, uma maior independência nas reformas econômicas por parte dos israelenses, porém, na prática essa nova relação procurava retirar um pouco a vigilância dos norte-americanos sobre o

Estado de Israel para que o país judaico tivesse mais liberdade para aterrorizar os palestinos, esse novo relacionamento deveria ser feito de forma minuciosa, já que os Estados Unidos controlavam os valores e economias das expansões sionistas (Felton, 2010).

Durante a presidência de Clinton existiram dois outros acontecimentos que servem de exemplo para demonstrar o elo entre esse mandatário e os israelenses. O primeiro acontecimento foi à construção do assentamento próximo a Jerusalém nomeado de Har Homa, essa construção começou em 1996 durante o curto governo de Peres (nessa época nomeou o assentamento de Jebel Abu Ghneim), contudo, foi interrompida devido à oposição de outros países. Então, quando Netanyahu chegou ao poder, ele retomou a construção através de argumentos provindos do “Clean Break” e ainda nomeou esse assentamento de Har Homa (Felton, 2010). O Conselho de Segurança das Nações Unidas votou no dia sete de março daquele ano, uma resolução européia que denunciava os assentamentos em Jerusalém, dando destaque ao Har Homa, essa votação terminou com catorze votos a favor da denúncia e apenas um voto contra essa denúncia, esse único voto contrário foi o dos Estados Unidos, exercendo assim seu poder de veto. Tal fato aconteceu quatro dias após Clinton comentar com Arafat à sua oposição a construção de Har Homa (Felton, 2010). Ainda em março de 1996, a Assembléia Geral da ONU demonstrou seu apoio ao Conselho de Segurança quando foram dados cento e trinta e três votos contra os assentamentos. Porém, quando chegou uma nova resolução que também condenava os assentamentos, os E.U.A. vetaram novamente (Felton, 2010).

Greg Felton em seu livro “The Host & The Parasite” (2010) argumenta que: “A recusa dos E.U.A. em permitir que o Conselho de Segurança condenasse Israel, mesmo a administração de Clinton sendo fortemente contrária ao Har Homa, mostra que Israel ditava a política.” (Felton, 2010).

O segundo acontecimento foi após a chegada ao poder do israelense Ehud Barak em 1999. Esse novo mandatário e o presidente Clinton tentaram forçar Arafat à assinar mais um acordo (ofereceram noventa e cinco por cento de West Bank para o mandatário palestino) que não teria relação com a tentativa de paz entre israelenses e palestinos, buscada por Arafat. Na verdade esse possível acordo serviria para Barak legitimizar a retirada das posses dos palestinos, dezimando a resistência desse povo, e para o presidente Bill Clinton aumentar ainda mais sua reputação perante os Sionistas do Congresso norte- americano (Felton, 2010).

Depois que Ariel Sharon, cercado por mil guarda costas, fez uma visita a Mesquita al- Aqsa, localizada na parte árabe ao leste de Jerusalém, em setembro de 2000, em uma clara provocação aos palestinos, houve grande revolta dos palestinos nos

territórios ocupados, tais indivíduos acabaram entrando em inúmeros conflitos com os israelenses que controlavam essas regiões (Felton, 2010). Dessa forma, Bill Clinton e Barak exigiram a intervenção de Arafat nesses conflitos e deram um prazo de dois dias para o líder palestino cessar os atos de violência, algo impossível de se fazer. Sendo assim, os atos e conflitos violentos continuaram e o presidente Bill Clinton em conjunto com o seu Congresso passaram a culpar Arafat pela onda de violência, chegando ao ponto de setenta senadores enviarem uma carta ao presidente dos Estados Unidos onde afirmavam que Arafat estava se beneficiando dos atos criminosos do povo palestino para encerrar de vez o processo de paz de Oslo e posteriormente declarar, de forma unilateral, a independência da Palestina (Felton, 2010). Quando Sharon assumiu o poder em 2001, período final do segundo mandato de Clinton, Arafat era ostilizado e culpado pela retomada dos conflitos entre Israel e Palestina, enquanto que o tratado de Oslo foi abandonado e Israel utilizou-se desta “culpa generalizada” de Arafat para continuar ocupando os territórios árabes. E em território norte-americano, o sionismo estava bem perto de conseguir um domínio amplo e concreto da Casa Branca (Felton, 2010).

O sucessor de Bill Clinton foi George W. Bush. Logo no início de seu mandato em 2001, o presidente Bush tentou amenizar o sentimento anti-Estados Unidos no mundo islâmico e no mundo Árabe através de pressões políticas destinadas a Israel para que os israelenses parassem de expandir suas políticas nos territórios ocupados e através do apoio a criação de um Estado da Palestina (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Visando o combate ao terrorismo após o 11 de setembro de 2001, os políticos norte-americanos acreditavam que uma trégua no conflito entre israelenses e palestinos facilitaria a criação de uma coalisão anti-terrorista de âmbito mundial. Todavia, Bush era incapaz de conseguir mudar as políticas de Israel do governante Sharon e o Congresso dos Estados Unidos estava ao lado dos israelenses na questão envolvendo a Palestina, dessa forma, com a influência do lobby israelense, os discursos do presidente George Bush e de Ariel Sharon ficaram cada vez mais idênticos durante a presidência do norte-americano (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O lobby israelense entrou em ação no início do governo Bush quando ocorreram desavenças entre este presidente e Sharon. Esses entraves entre os dois governantes foi iniciado quando o presidente George Bush, em outubro de 2001, falou publicamente que apoiava a criação do Estado da Palestina (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Então, Ariel Sharon, acreditando que esse discurso pró-Palestina de Bush foi para ganhar favores dos Árabes em detrimento de Israel, acusou o presidente norte-americano de tentar apasiguar os Árabes às custas de Israel e, logo após essa acusação, Sharon enviou tropas para áreas palestinas, chegando a enviar mais tropas, algum tempo depois, ao território de West Bank dominado pelos palestinos devido ao assassinato do ministro do turismo Rehavam Zeevi por um grupo palestino (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

George Bush detestou o discurso e a invasão do exército israelense as áreas dos palestinos, dessa forma, ordenou que as tropas israelenses saíssem das regiões que invadiram, tal ordem não foi seguida pelo governo de Israel, que afirmou sair dos territórios palestinos ocupados apenas depois de Arafat combater os terroristas da Palestina (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Para que essa disputa entre israelenses e estadunidenses não se tornasse incontrolável, o primeiro ministro Sharon e o lobby israelense nos E.U.A. convenceram o presidente Bush e os americanos a acreditar que o Estado de Israel e os Estados Unidos lutavam contra um inimigo em comum, o terrorismo, ou seja, estavam em parceria na mesma guerra. Esse convencimento veio através da ideia, construída pelo lobby israelense e pelo mandatário de Israel, de que não havia diferença entre Osama bin Laden e Yasser Arafat (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

A AIPAC foi uma das grandes responsáveis pela disseminação dessa ideologia citada anteriormente, afirmando que o presidente dos E.U.A. ao apoiar a criação de um Estado palestino estaria premiando e não punindo os que apoiavam o terrorismo. As forças que formavam o lobby israelense começaram a divulgar essa afirmação em todas as oportunidades que surgiam (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Logicamente que o lobby israelense também atuou no Congresso norte-americano durante esse período, o resultado dessa atuação foi uma carta enviada por senadores ao presidente George Bush em novembro de 2001, nessa carta os políticos do Congresso pediam que Bush recusasse o encontro com Arafat (até que o líder palestino tomasse providências contra a violência aos israelenses), também pediam que os Estados Unidos não impedissem as retaliações de Israel aos palestinos e insistiam para que o governo dos E.U.A. ficasse do lado de Israel no conflito do Oriente Médio (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Através dessas ações do lobby e com a vitória inicial dos Estados Unidos na guerra do Afeganistão⁵, no final de novembro de 2001 já havia uma grande reaproximação entre norte-americanos e israelenses. Uma prova disso foi à visita amigável de Ariel Sharon a Casa Branca no início de 2002 (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Durante o seu discurso nessa visita, Sharon reiterou que Arafat estava apoiando os ataques terroristas palestinos e que esse líder palestino era a maior barreira para a conquista da paz nas relações entre Israel e Palestina. Bush concordou de imediato com a argumentação do primeiro ministro israelense (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

⁵ Guerra iniciada pelos Estados Unidos contra o grupo Talibã, com o objetivo de combater o terrorismo (MARSHEIMER; WALT, 2007).

Em março de 2002 um acontecimento voltou a tornar tenso o relacionamento entre George W. Bush e Arafat. O fato ocorrido foi que um homem bomba matou trinta israelenses. A Autoridade Palestina fez logo a denúncia desse atentado, objetivando a punição dos responsáveis. Contudo, mesmo com a denúncia dos próprios palestinos, Sharon resolveu deflagrar a Operação Escudo Defensivo, essa operação fez com que Israel tomasse o controle da maior parte do território palestino em West Bank (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Quando soube da operação militar israelense em West Bank, o presidente Bush tratou de enviar uma demanda para Sharon, pedindo que o governante de Israel retirasse de imediato suas tropas das regiões ocupadas e acabasse com a operação, já que o presidente dos E.U.A. tinha convicção de que essa operação israelense arranharia ainda mais a imagem dos Estados Unidos na visão dos Árabes e dos Islâmicos, tornando ainda mais difícil a luta contra o terrorismo (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Ariel Sharon não aceitou essa demanda por dois motivos. O primeiro motivo foi que o responsável por levar essa demanda, através de uma visita ao primeiro ministro Sharon, o Secretário de Estado norte- americano Colin Powell foi muito respeitoso e demonstrou até certo carinho ao tratar desse assunto com Ariel Sharon, ou seja, não passou a mensagem de uma forma mais firme e convicta. Tal atitude ocorreu, principalmente, porque Powell sabia da grande influência política de Sharon dentro dos Estados Unidos, até mesmo com pessoas próximas a George W. Bush (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O segundo motivo do não encerramento da operação de Israel em West Bank foi à pressão de líderes judeus americanos e até de cristãos evangélicos exercida sobre o presidente Bush para que o governante apoiasse Israel nessa operação e não tentasse acabar com as ocupações em West Bank (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Devido aos dois motivos expostos anteriormente, George W. Bush afirmou, uma semana após pedir a retirada das forças israelenses de West Bank, que caracterizava Sharon como um homem da paz e após a volta de Powell da ingrata visita a Sharon, o presidente Bush declarou que Ariel Sharon retiraria as forças de Israel imediatamente do território ocupado. O primeiro ministro israelense não consolidou tal ação e, mesmo declarando o fim da operação em West Bank, ainda existem forças militares de Israel nessa região até os dias de hoje (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O lobby israelense voltou a agir no Congresso dos E.U.A. em maio de 2002 quando conseguiu influenciar a aprovação de um pacote financeiro no valor de duzentos milhões de dólares ao governo israelense para lutar contra o terrorismo. O presidente Bush era contrário a esse pacote, todavia nada pode fazer para barrá-lo, sua única

atitude naquela situação foi assinar a liberação do dinheiro (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

De acordo com John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt no livro “The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy” (2007), o primeiro ministro israelense e o lobby de Israel nos Estados Unidos conseguiram triunfar em seus objetivos ao tomar o lugar de George W. Bush e de Colin Powell.

Apesar dessa notória influência do lobby israelense e de Ariel Sharon sob o governo Bush, o mandatário dos E.U.A. ainda buscava uma forma de convivência pacífica entre Israel e palestinos. Dessa forma, Bush planejou, ainda no ano de 2002, em conjunto com União Européia, Rússia, e com as Nações Unidas, o chamado “Road Map”, que era um plano para traçar as negociações de paz entre israelenses e a palestina. O “Road Map” começou a se desenvolver realmente no ano de 2003, mais especificamente em 7 de março desse ano, quando Arafat reduziu seu poder político ao nomear Mahmoud Abbas como primeiro ministro da Autoridade Palestina (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Uma semana depois de Arafat nomear Abbas, o presidente Bush proclamou formalmente o início do “Road Map” e começou as atividades desse plano de paz com uma visita pessoal ao Oriente Médio em junho daquele ano. Nessa região ele reuniu-se com os líderes árabes e depois com Abbas e Sharon na Jordânia. Contudo, mesmo com toda a confiança do governante dos Estados Unidos em conseguir pressionar as duas partes sobre um acordo de pacificação, principalmente devido ao sucesso da invasão norte-americana ao Iraque (assunto que será tratado mais a frente) e a consequente subida de popularidade de Bush, o “Road Map” não conseguiu alcançar esse acordo de paz (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O “Road Map” não prosperou devido, principalmente, a discordância do primeiro ministro Sharon em se criar em Estado da Palestina, e não gostaria de negociar um plano de paz que levaria apenas a criação da Palestina nos territórios ocupados. O líder israelense só não apresentou essa posição de oposição ao “Road Map” publicamente quando Bush iniciou esse projeto em março, porque os Estados Unidos estavam prestes a invadir o Iraque (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Na invasão do Iraque pelos E.U.A. em março de 2003 havia grande interesse de Israel e uma influência do lobby israelense nessa ação. Essa influência do lobby israelense para que os Estados Unidos invadissem o território iraquiano teve como objetivo promover uma maior segurança ao Estado de Israel, além desses influenciadores acreditarem que essa ação traria benefícios tanto para os norte-americanos quanto para os israelenses (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Essa maior segurança a Israel estava relacionada ao fato de que os israelenses apontavam o Iraque como uma ameaça muito grande a estabilidade regional devido às atitudes do governo

de Saddam Hussein e a possível construção de armas nucleares por parte desse governante. A preocupação de Israel com armas nucleares iraquianas iniciou-se na década de 70 quando a França forneceu um reator nuclear a Hussein, tal reator foi destruído em 1981 pelos próprios israelenses, antes mesmo de ser colocado em funcionamento (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Mesmo com a destruição, os iraquianos continuaram com seu programa nuclear, devido a esse fato, os israelenses apoiaram a primeira Guerra do Golfo, conflito que envolveu o Iraque contra os Estados Unidos com o apoio das Nações Unidas, porque esperavam a destruição desse programa durante o conflito, algo que não aconteceu. Sendo assim, Israel via uma nova oportunidade de acabar com os planos nucleares de Saddam Hussein nessa invasão dos Estados Unidos (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Dessa forma, os israelenses começaram, no ano de 2002, a propagar ao público americano a necessidade de uma Guerra contra o Iraque já que, a propagação foi promovida pelo ex- primeiro ministro Netanyahu, que em uma reunião na capital Washington com senadores, editores de grandes jornais dos E.U.A. e outros indivíduos de grande força influenciadora, afirmou a construção de armas nucleares por parte dos iraquianos e possíveis ataques ao território norte- americano com essas armas (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Outro influenciador desta guerra foi Shimon Peres, nessa época ministro das relações exteriores. Peres fez um pronunciamento no canal de televisão CNN acusando Hussein de ser tão perigoso quanto Bin Laden e argumentou que os Estados Unidos não poderiam sentar e esperar o desenvolvimento de armamentos nucleares por parte do Iraque. Através desses tipos de influências e das ações do lobby israelense, Bush promoveu a invasão ao Iraque em 2003 (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Retornando a questão do “Road Map”, a oposição de Ariel Sharon a esse plano também reflete a insatisfação do lobby israelense sobre o mesmo. Dessa forma, a AIPAC, durante o ano de 2003, enviou uma carta ao presidente George W. Bush ordenando que o governante dos E.U.A. não pressionasse Israel sobre o “Road Map” e exigisse que os palestinos cumprissem todos os requisitos desse plano para que só depois os israelenses fizessem alguma concessão. Esse documento foi assinado por oitenta e cinco senadores e 283 representantes políticos (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Os israelenses continuam construindo assentamentos, mesmo com as críticas dos norte- americanos e mesmo o “Road Map” ordenando a interrupção dessas construções. Além de continuarem matando palestinos até nos períodos de cessar fogo (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Esse retrato do sofrimento palestino nas mãos dos israelenses é também exposto pelo autor James Petras no seu livro “The Politics of Empire- The US, Israel and the Middle East” (2014), de acordo com Petras:

Pelos últimos quarenta e cinco anos passados, o Estado de Israel vem despejando milhões de palestinos que vivem nos territórios ocupados, confiscando suas terras, destruindo suas casas, intimidando seus pomares e configurando apenas as colônias de judeus com acesso as estradas, os sistemas de eletricidade e de água funcionam exclusivamente para os colonos e os soldados ocupantes (PETRAS, 2014, p. 131)

Outro acontecimento que prejudicou ainda mais a imagem dos Estados Unidos perante o Oriente Médio foi o assassinato através de mísseis de Sheik Ahmed, líder do Hamas, pelos israelenses, esses armamentos utilizados tinham sido fabricados nos E.U.A.. Dessa forma, o povo árabe passou a acreditar que os Estados Unidos foi o responsável por permitir a morte de um indivíduo em uma cadeira de rodas, Sheik Ahmed era deficiente físico (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

A morte de Arafat em novembro de 2004 fez com que Abbas fosse eleito como líder dos palestinos, esse novo líder reconhecia Israel, renunciava as formas de terrorismo e estava disponível para negociar a paz perante os israelenses. Enquanto que em território norte- americano, Bush foi reeleito nesse mesmo período e estaria em uma excelente posição para buscar um acordo entre Abbas e Sharon (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Só que o presidente dos Estados Unidos não ajudou o novo mandatário palestino, devido ao fato de que George W. Bush estava apoiando o plano de separação por via unilateral do primeiro ministro Sharon e de seu sucessor Ehud Olmert. Contrariamente aos pronunciamentos do próprio presidente dos Estados Unidos, esse plano não apoiava um Estado descente para os palestinos, apenas faixas de terras cercadas para esse povo desenvolver- se (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Com a falta de apoio de George W. Bush e não conseguindo trazer benefícios aos palestinos, Abbas terminou perdendo as eleições em janeiro de 2006 para o Hammas. A vitória desse grupo tornou- se mais um motivo para os israelenses não tentarem negociar com a Palestina e muito menos o presidente dos Estados Unidos gostaria de buscar uma união das partes (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O plano de separação unilateral só durou até o ano de 2006 quando os palestinos inconformados com a pequena faixa de terra deixada pelos israelenses para eles viverem em Gaza, sequestraram um soldado de Israel e promoveram vários bombardeios, essa situação fez com que as tropas israelenses voltassem a tomar a faixa de Gaza.

Percebendo que geraria uma crise sem controle ao tentar promover essa retirada das suas tropas de “West Bank”, deixando também apenas pequenas faixas de terras para os palestinos nessa região, o novo primeiro ministro Olmert cancelou o plano de separação unilateral (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O presidente Bush em conjunto com a sua equipe de governo voltaram a tentar acordos que resultassem na criação de um Estado palestino, principalmente depois do fracasso da separação unilateral (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 220). Nesse novo plano de paz orquestrado pela Secretária de Estado Condoleezza Rice, os Israelenses teriam uma convivência pacífica não só com Israel mas com todos os Estados Árabes. Esse tratado não vingou porque o primeiro- ministro Olmert não queria negociar um tratado de paz com os palestinos, pois ele teria que entregar quase todo o “West Bank” para a formação da Palestina, esse mandatário preferia permanecer no status quo da ocupação do que mudar para uma convivência pacífica entre Estados (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

A falta de entusiasmo dos israelenses em trabalhar conjuntamente com os Árabes em busca de uma pacificação na região do Oriente Médio e as forças do lobby israelense dentro do governo norte- americano que impediam Bush e seus parceiros políticos de levarem o governo de Sharon e de Olmert para um caminho de pacificação, tornaram- se os grandes obstáculos para a concretização da paz entre Israel e Palestina no governo do presidente George W. Bush (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Se o lobby israelense fosse ausente, o governo de Bush com certeza seria mais interessado e teria muito mais empenho em buscar a paz entre israelenses e palestinos (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem das relações entre Estados Unidos e Israel está fundamentada na relação entre os Estados Unidos da América e o movimento sionista, que foi fundamental para que a ideia da construção de um país judaico em algum lugar do Planeta Terra fosse perpetrada nos Estados Unidos, através de interferências na política e na imprensa dos Estados Unidos da América na virada do século XIX para o século XX, este movimento conseguiu disseminar os seus ideais dentro da América do Norte.

Mesmo com a grande força adquirida pelo movimento sionista dentro dos Estados Unidos, logo após a fundação do Estado israelense a potência da América do Norte não colocou como centro de suas atenções esse novo país do Oriente Médio. Então, o lobby israelense, derivado do movimento sionista, dentro dos Estados Unidos, conseguiu trazer as atenções dos políticos e da sociedade dos Estados Unidos para Israel. O lobby com suas duas principais linhas de atuação na política e na imprensa, semelhantes ao sionismo que o originou, conseguiu colocar Israel como um país a ser protegido e ajudado pelos Estados Unidos da América, mesmo com todos os problemas financeiros, econômicos e diplomáticos que este Estado do Oriente Médio tenha trazido aos Estados Unidos. Um retrato claro do sucesso do lobby israelense dentro dos Estados Unidos é a evolução e o destaque da AIPAC na sociedade, na política e na economia dos Estados Unidos da América.

A indústria do holocausto em conjunto com a prática de acusações anti-semitas aos que consideravam erradas certas atitudes dos israelenses, como foi visto no decorrer do trabalho, também foram de extrema importância para que os judeus fossem colocados em uma posição de vítima e estabelecendo Israel como um país dependente de ajuda dos Estados Unidos para conseguir manter-se em uma região (Oriente Médio) cercada de inimigos.

Toda essa influência do movimento sionista e, principalmente, do lobby israelense dentro dos Estados Unidos, fica evidente nas interferências destes dois elementos nas decisões do maior representante político dos Estados Unidos, o presidente da república. Como foi demonstrado dentro do capítulo dois desse trabalho acadêmico, desde um dos primeiros a exercer este cargo político o ex-presidente Lyndon B. Johnson até o último ex- presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush.

A origem das relações entre Israel e Estados Unidos foi marcada pela atuação do movimento sionista que arquitetou o apoio dessa potência da América do Norte a

criação do Estado judeu. Enquanto o lobby israelense foi o grande responsável por colocar em prática um histórico de relações de proteção e ajuda constante dos Estados Unidos da América para com o Estado de Israel. Dessa forma, a relação entre esses dois países não seria a mesma sem a existência e a atuação do sionismo e do lobby dentro desses Estados.

REFERÊNCIAS

FELTON, Greg. **The Host & The Parasite: how Israel's fifth column consumed america.** Estados Unidos. Bad Bear Press, 2010.

FINDLEY, Paul. **They Dare to Speak Out:** people and institutions confront Israel's lobby. Chicago. Lawrence Hill Books, 3ª ed., 2003.

FINKELSTEIN, Norman G. **A Indústria do Holocausto:** reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus. Rio de Janeiro. Editora Record LTDA, 2000.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen M. **The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy.** Nova Iorque. Farrar, Straus and Giroux, 1ª ed., 2007.

PETRAS, James. **The Politics of Empire: the US, Israel and the Middle East.** Estados Unidos. Clarity Press, Inc., 2014.

PETRAS, James. **The Power of Israel in the United States.** Atlanta. Clarity Press, Inc. 2006.

RUBIN, Barry. **The Transformation of Palestinian Politics.** Cambridge. Harvard University Press, 1999, 162-187.

SCHOENMAN, Ralph. **A História Oculta do Sionismo: a verdadeira história da formação do Estado de Israel.** São Paulo. Editora Sundermaan, 2008.

SHLAIM, Avi; SAYIGH, Yezid. **The Cold War and The Middle East.** Estados Unidos. Claredon Press, 1ª ed., 1997, 156-185.

WEIR, Alison. **Against Our Better Judgment:** the hidden history of how the U.S. was used to create Israel. Estados Unidos. Estados Unidos. CreateSpace Independent Publishing Platform, 1ª ed., 2014.